



Anais da Assembléia

Nº 122

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 08 DE OUTUBRO DE 1981

ANO VII

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 113ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 1981.
QUINTA-FEIRA.**

Presidência do Sr. Deputado José Domingos, secretariada pelos Srs. Deputados Palácios e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilbert Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (50).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os nºs DTL/109 e 110/81, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei, sob os seguintes números:

52/81:

Do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO ESCOLA SUIÇO-BRASILEIRA DE CURITIBA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 7.494.— Anote-se. Arquive-se.

145/78:

Do Senhor Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS da Cidade de UBIRATÁ, o qual convertido em Lei tomou o nº 7.495.— Anote-se. Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência à tramitação

do Projeto de Lei nº 114/81, que cria o Município de Santa Terezinha, desmembrado do território do Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1981.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 54/81, que institui a Lista Tríplice para escolha das direções das unidades escolares.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do Regimento Interno, REQUER seja inscrito na Ata da presente sessão um voto de regozijo ao Município de Céu Azul, pelo transcurso do 15º aniversário da referida comuna, na data de hoje.

As intensas festividades de natureza cívico-cultural, programadas para assinalar o acontecimento auspicioso, dão bem o testemunho do quanto aquela população laboriosa ama a sua terra.

Esta Assembléia não se poderia furtar de manifestar sua adesão ao espírito festivo, que preside a vida do povo de CÉU AZUL, como forma de incentivá-lo e às autoridades constituídas a prosseguirem trabalhando pelo progresso do seu município.

REQUER, ainda, que do presente seja dado conhecimento ao Prefeito Municipal, Sr. Geraldo Batista Chaves, ao Presidente da Câmara, Sr. Euclides A. Biazus, e ao Presidente da Comissão de Festejos, Sr. Santo Maziero.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1981.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja inserido na Ata da presente sessão um voto de regozijo pelo transcurso do 34º aniversário do Município de Santa Mariana, no próximo dia 11 do corrente mês.

As solenidades de caráter cívico-cultural, carinhosamente programadas e voltadas para a ampla participação popular, testemunham a importância de que se reveste o acontecimento.

Em função desse espírito, esta Assembléia deve se irmanar com as autoridades e povo de Santa Mariana, a fim de lhes demonstrar o carinho e o apreço de que são merecedores por parte de seus representantes.

Requer, ainda, que do presente, seja dado conhecimento ao Sr. Antônio da Silva Machado, Prefeito Municipal e ao Sr. Yoshiaki Kamei, Presidente da Câmara dos Vereadores.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1981.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção na Ata da presente sessão, de um voto de regozijo pelo transcurso, ocorrido no dia 25 de setem-

do corrente ano, do 14.º aniversário do Município de NOVA AURORA.

As autoridades municipais realizaram, durante a semana entre os dias 19 e 25 de setembro, intensas festividades de caráter cívico-cultural, para dar maior ênfase ao acontecimento, com ampla participação popular.

Esta Casa, nesta oportunidade, também deseja se associar a esse evento, como demonstração do apreço que lhe merece aquela progressista comuna.

REQUER, ainda, que do presente seja dado conhecimento ao Ilmo Sr. Prefeito Municipal, Waldemar Walter Dal Molin e ao Ilmo Sr. Presidente da Câmara de Vereadores, Nerivaldo Teixeira Alves.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1981.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, integrantes da Bancada do Partido Democrático Social e em seu nome, nos termos regimentais:

1. considerando que o Governo Federal instituiu o 13.º salário aos trabalhadores, inclusive aos funcionários das entidades paraestatais e projeta estender esse benefício aos servidores da administração direta;

2. considerando que, nessas condições, o funcionalismo do Estado se vê discriminado em relação às categorias funcionais detentoras desse direito;

3. considerando que os efeitos corrosivos das altas taxas inflacionárias, ora vigentes, não são atenuadas por qualquer adicional financeiro agregado aos vencimentos da operosa classe do funcionalismo;

4. considerando, finalmente, a manifestação oficial da nossa direção partidária que se pronunciou incisivamente a este respeito;

REQUEREM seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado no sentido de conceder o 13.º vencimento, já a partir de 1982, a todos os funcionários do Estado.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1981.

(a) Aguinaldo Pereira Lima, Palácios, Fudad Nacli, João Mansur, Nelson Buffara, Gilberto Carvalho, Ezequias Losso, David Cheriegate, Antônio Cotrim, Augusto Carneiro, Quielse Crisóstomo, Erondy Silvério, Gabriel Sampaio, Luiz Alberto Oliveira, Werner Wanderer, Airton Cordeiro, Tércio Albuquerque, Cyro Martins, Antônio Facci, Valduga, Rosário Pitelli, José Domingos, Francisco Escorsin e Gabriel Manoel.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro, após ouvido o Plenário, preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs 94/81 e 105/81, constantes da Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitamos a inscrição, para encaminhar um requerimento à Comissão Executiva, no seguinte teor: (Lê):

“Sr. Presidente.

O Deputado Erondy Silvério, adiante subscrito, vem perante a Comissão Executiva, após ouvida a Casa, requerer a transcrição nos Anais Históricos deste Legislativo do texto de nota publicada pelo jornal “Diário do Paraná” em sua edição de 08 do corrente, coluna Enfoque, de seguinte teor:

“Pedido de impeachment contra o governador, feito ontem pelo PMDB, é prova de que estamos em plena campanha eleitoral. O PMDB que se diz com tantos créditos na luta pela anistia, está com fúria de cassar. Como sabem que não haverá número para ganhar uma parada dessas, jogam com o sentido de pressionar. Não confundir ética e éttica”.

A concisão, a propriedade, e a devida proporção que o texto jornalístico deu ao trabalho datilográfico ontem apresentado perante esta Assembléia, merecem um registro especial, com vênha do requerente ao redator da nota, para encampar tais palavras como opinião também da bancada do PDS, sobre a ridícula proposição aqui formulada.

Hoje esta patente junto aos órgãos de comunicação social - e portanto perante a opinião pública que os anseios do magistério público estão sendo manipulados por Deputados da Oposição com interesses eleitoreiros, caracterizando uma insensibilidade demagógica que choca, não apenas em termos políticos, mas até como carência de sentimentos humanos.

Nada haveria a acrescentar sobre o pedido formulado pelo Sr. Deputado Lineu Mansani Turra que o contido na feliz apreciação jornalística.

Mas cabe reafirmar, apenas para alongar esta oportunidade, e em homenagear ao esforço datilográfico do autor, que jamais, em nenhum outro período governamental da administração paranaense, o magistério público recebeu tão empenhado atendimento às suas justas reivindicações.

O próprio encaminhamento das negociações entre o magistério e o Governo, em que este, durante largo tempo, encobre a realidade de ser ilegal e punível qualquer greve de servidores públicos, já é demonstração clara da boa vontade do Executivo em conciliar e da sua disposição em realizar o viável, o possível, o justo, o legal, dentre o que se lhe reivindicam os professores.

Solicita o requerente, afinal, que, se aprovado este requerimento, expunja-se do registro em Anais a oração final do texto jornalístico, caso se considere que - apesar da correta e feliz definição seja conflitante com as normas regimentais.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) — No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A edição da revista “Veja”, correspondente a semana em curso, apresenta a especial reportagem sobre a Igreja Evangélica Pentecostal e o desenvolvimento da mesma em nosso País.

Ressalta desde a capa, a pessoa do missionário Manoel de Melo, fundador e orientador espiritual da Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”, que, na Capital do Estado de S. Paulo, construiu monumental templo, com capacidade para 15 mil pessoas.

O grande Líder não apenas constrói representativos locais onde as verdades bíblicas são apresentadas, mas dedica-se, também, à promoção humana de integrantes da sociedade, que

outrora, com dificuldades inúmeras, encontra novas perspectivas de vida, ao abandonar vícios, costumes degradantes, ao estabelecer um novo molde de vida, especialmente aperfeiçoando a convivência familiar.

Em nosso Estado, a Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil para Cristo", dinamicamente liderada pelo Reverendo Jair Dietrich, está presente em inúmeras cidades, dando a sua viva contribuição a todos aqueles que estão preocupados em estabelecer melhores condições de vida para todos aqueles que estão em todas as camadas sociais, buscando soluções para resolver os problemas que constantemente têm preocupado a sociedade.

Quero, desta tribuna, me congratular com a reportagem que foi apresentada, e com todos aqueles que foram enfocados na mesma, desejando que possam prosseguir a caminhada do bem, para que muitas outras pessoas sejam alcançadas e possam ter vislumbres de uma vida melhor.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Loures Bueno.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna para encaminhar à Mesa, um requerimento com justificativa, vasado nos seguintes termos: (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, sejam enviados ofícios aos Srs. Senadores e Deputados Federais do Paraná, no sentido de que intercedam junto ao Excelentíssimo Senhor Aureliano Chaves, Presidente da República em exercício, a fim de que o Ministério da Educação e Cultura, através das redes de emissoras de televisão do País, passem a exibir legendas em todos os programas noticiosos e culturais, como nos filmes traduzidos no cinema, para atender, com justiça, neste Ano Internacional da Pessoa Deficiente, centenas de milhares de surdos que estão marginalizados desse importante veículo de comunicação.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1981.

(a) RENATO BUENO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento é fruto de uma carta recebida de D. Ladislau Biernaski, Bispo Auxiliar de Curitiba e Presidente da Comissão Pastoral da Pessoa Deficiente de nossa Arquidiocese.

No documento fomos informados de que idêntica solicitação já foi enviada aos presidentes das Comissões Federal e Estadual do Ano Internacional da Pessoa Deficiente, ao Governador Ney Braga e aos ministros da Educação e da Justiça.

O Bispo Auxiliar de Curitiba lembra, que a iniciativa que apoiamos com especial empenho, beneficiará uma imensa legião de deficientes auditivos, que passariam a ter acesso às conquistas culturais, sociais e científicas.

"Seria propiciar a contingente apreciável de pessoas, rápida integração e participação ativa na vida e desenvolvimento da sociedade. Sem esquecer, como registra com grande propriedade, que a qualidade de uma civilização, mede-se pelo respeito que manifesta pelos mais carentes de seus membros".

Conclui D. Ladislau Biernaski, com as seguintes palavras: "escudado na opção preferencial pelos pobres, conforme documento de Puebla, bem como na Declaração dos Direitos do Homem e, especialmente nos Direitos da Pessoa Deficiente, esperamos que a nossa proposta se torne uma realidade, a fim de que os postulados inscritos na Carta das Nações Unidas não permaneçam como letra morta".

A inovação, adaptada a um programa de sucesso, a exemplo do "Telecurso do 2º Grau" da Rede Globo, possibilitaria aos surdos, o acompanhamento regular das tele-aulas.

A aprovação desta proposição, o empenho que esperamos

dos nossos representantes no Congresso Nacional para a consecução desse objetivo, representará, temos convicção, a maior homenagem que os homens públicos do nosso Estado prestarão ao Jubileu de Prata da Associação de Surdos de Curitiba, que será comemorado nos próximos dias 10, 11 e 12 do corrente mês, nas solenidades contidas no "Festival do Silêncio" e, para que tenha verdadeiro sentido entre nós, a seguinte frase contida no convite que recebemos dessa Entidade:

"Vindos do deserto do som, nós gritamos um alerta mudo, e muitos foram os que nos ouviram."

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje, para encaminhar um requerimento à Executiva, no sentido de cumprimentar o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, que, hoje, comemora 69 anos de existência, que são, nada mais do que 69 anos de trabalho dedicados a uma população tão necessitada nos momentos mais difíceis, quando são solicitados.

Encaminho à mesa, o seguinte requerimento. (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de regozijo pelo transcurso do 69º aniversário do Corpo de Bombeiros do Paraná.

REQUER, ainda, seja dado conhecimento àquela corporação.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1981.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

A corporação do Corpo de Bombeiros do Paraná, completa hoje, 69 anos de existência, que marca inúmeros serviços ao Paraná, salvando vidas valiosas, além de suas grandes e oportunas intervenções em momentos que seus serviços são solicitados, deixando também grandes exemplos de atos de heroísmos dos soldados do fogo."

Envio este requerimento, e cumprimento aqui o Governo do Estado do Paraná, por ter, na data de hoje, dotado aquela Corporação, de mais equipamentos, como também de mais viaturas para que ela possa desempenhar, desenvolver, sua função com maior propriedade e com maior acerto.

E também obter maiores sucessos quando da execução de seus trabalhos.

Durante o transcurso do aniversário da Corporação, no dia de hoje, estivemos lá presentes e procuramos verificar tudo que ali se faz.

E tudo nos surpreendeu, não só a folha de serviços como também o carinho que todos aqueles homens, desde o soldado até o seu Comandante, dedicam ao seu trabalho que desempenham com todo amor e colocam no mesmo até as suas vidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Adentrava este plenário e não tive oportunidade de ouvir as palavras do Líder do PDS, Deputado Erondy Silvério, a não ser algumas em que o Deputado, se não me engano, qualifica o nosso posicionamento, aqui, de demagógico, quando apresentamos uma denúncia contra o Governador do Estado e seus Secretários da Educação e da Segurança Pública, por crime de responsabilidade, em virtude de certos atos ilícitos cometidos no desempenho de suas funções.

Qualificar a matéria de demagogia, Sr. Presidente, Srs.

Deputados, acho que é ignorar as leis de nosso País. Ficou muito esclarecido no meu petição, inclusive com documentos que juntei, a lei em que fundamenta-se, para enquadramento dos denunciados e para que esta Assembléia, baseada nos fatos e na definição jurídica, possa, com dignidade, proclamar o "impeachment" do Sr. Governador do Estado pelos crimes cometidos em conexão com os Srs. Secretário da Segurança e da Educação.

Pro certo não ignora que a lei em que se fundamenta o meu petição, não é só a este Deputado que permite apresentar uma denúncia por responsabilidade criminal, mas a qualquer cidadão do povo. E, portanto, nada mais fiz do que usar, do que me valer do texto legal, baseado nos fatos que considero criminosos.

Portanto, se demagogia existe, nessa petição, demagoga é a Lei 1079, que define como crime de responsabilidade os fatos que ali, na minha petição, foram narrados.

Ora, Sr. Presidente, quando nos valem da lei para enquadrar uma autoridade responsável que vem, dia a dia, desrespeitando o povo do Paraná, somos qualificados de demagogos.

Entretanto, quando o partido governista usa de demagogia barata para dizer que vai dar o 13º salário para o funcionalismo público, isso não é demagogia.

Acredito, Sr. Presidente, que é desnecessário vir com esta oferta agora, de 13º salário. Por que não trazem a matéria, concreta, para esta Casa?

O Partido do Governo, então por que é que não age? Por que é que não aciona os dispositivos legais para contemplar o funcionalismo público, com o 13º? Isso não é demagogia? Não aceito a pecha de "demagogia" porque, se demagogia existe, é, a demagogia da lei! Eu me vali do texto legal e os fatos estão aí, registrados pela imprensa e pelo povo do Paraná, fatos criminosos, autoridades policiais que foram usadas pelo Sr. Governador e pelo Sr. Secretário da Segurança, para agredir senhores, para agredir crianças que não estavam cometendo crime algum, porque tenho o direito de ficar na rua o quanto eu quiser, não há lei que me impeça, é o direito de ir e vir, está escrito na Constituição Federal!

Portanto, Sr. Presidente, como advogado, de 20 anos, a minha petição que por este editorial foi qualificada de "títica", quero desafiar esse cidadão que fez esse editorial, para um debate em termos jurídicos, para ver se ele tem condições profissionais, para debater a matéria, comigo.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O IPM que se instaurou para apurar os acontecimentos lamentáveis ocorridos no Rio Centro volta a ganhar espaço, perdido, pela inocuidade que o mesmo representou, pois ao contrário que o povo brasileiro esperava, os criminosos viraram vítimas e heróis e em nome da abertura política, da democracia, da promessa de eleições, os responsáveis por ato que trucidaria centenas de brasileiros, ficaram impunes, com o arquivamento do IPM.

Nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como representantes de uma parcela do povo brasileiro, sempre exigimos que os fatos fossem esclarecidos, para que a Nação tivesse conhecimento real dos seus inimigos, aqueles que se dizendo democratas agem na calada da noite, praticando atos que veem denegrir o nosso passado histórico e tentam dessa forma atravancar o avanço democrático proposto de há muito pelas forças progressistas da Nação brasileira.

E a nossa vinda a esta tribuna no dia de hoje tem especial significação, a certeza que ainda nem tudo está perdido, pois a honradez e a dignidade ainda se encontram presentes em brasilei-

ros como os Ministros Bierrenbach e Andersen Cavalcanti, o primeiro por não aceitar as justificativas torpes de quem não tinha interesse na elucidação dos fatos do Rio Centro e o segundo pelo apoio dado.

Sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a voz do Ministro Bierrenbach será mais uma a clamar no deserto, como foram todas as vozes dos brasileiros, que na época daquele episódio, foram levantadas contra os atos terroristas, mas aqui não poderíamos deixar de registrar a nossa solidariedade e louvar a atitude nobre do Ministro, pois é uma atitude de um brasileiro cioso de suas responsabilidades e temos certeza que a história provará que contra o engodo do IPM houve quem se levantasse e que o Ministro Presidente do STM, teve contra si uma voz que soou em defesa da verdade e da Justiça.

O voto do Ministro Bierrenbach, a nosso ver, representa os anseios dos brasileiros, que querem ver o caso Rio Centro desvendado, pois ninguém duvidou jamais quanto à autoria do atentado, e o arquivamento do processo IPM, vem naturalmente colocar um "tapete em cima do cisco", para não mostrar que a casa está suja.

Enfim, Srs. Deputados a Nação brasileira, os democratas deste País aguardam com ansiedade que haja aqui a prática da justiça, e, que os responsáveis por atos de terrorismo sejam quais forem, mostrados ao povo e que tenham a punição necessária e não se transformem os mesmos em heróis nacionais como o caso presente.

A imagem das instituições se fazem pelas suas acertivas e não pelos erros de quem as representam e é na dúvida que sempre se buscou a verdade e daí buscamos a verdade dos fatos para o esclarecimento da Nação brasileira que não esqueceu e que jamais esquecerá episódio como o que ocorreu no Rio de Janeiro e em outros Estados, os quais atentam contra a soberania Nacional e contra a segurança de nosso povo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos reiteradamente, no cumprimento do mandato popular, questionado o "slogan" — "Liberdade com responsabilidade", que o sistema militar estabeleceu.

A falácia dos "defensores da ordem" é que a liberdade é usada para perturbação da ordem. Por outro lado, só os "responsáveis" poderiam ter e desfrutar da "liberdade" eis que estes, não abusariam de seus direitos e se conduziriam dentro dos limites da ordem estabelecida.

Ora, este sofisma, como todos os que se enredaram aqui e em todos os regimes autoritários e despóticos da história da humanidade, parte de pressupostos inteiramente falsos.

O primeiro pressuposto enganoso é o da própria liberdade. Onde os homens não são livres não pode existir liberdade. Quando as pessoas não dispõem de instrumentos e meios que assegurem o usufruto de seus direitos, evidente que estamos num regime político onde as liberdades públicas e individuais não existem, e portanto, nem a liberdade.

Ora, a liberdade existe ou não existe. Mas a responsabilidade que se decanta, como a base de uma pseudo segurança social e estabilidade política, existe nestes regimes como anteparo a sua própria segurança. Daí a indagação: o homem não é livre mas tem que ser responsável, e a conclusão é óbvia: só os responsáveis poderão ser livres. Mas ser responsável no regime que vivemos, é ser submisso diante de tudo isso que acontece. Todo aquele que desacatar ou desobedecer a "ordem estabelecida" passa a ser irresponsável e como interpretam os donos do poder, não merece mais ter liberdade.

Temos então a síntese do sistema, todos podem ser livres

desde que acatem a lei e a ordem.

Mas perguntamos nós — homens do século vinte, produtos da história da raça humana, que superou a lei dos mais fortes e defende o estado de direito — questionamos: como obedecer a lei quando ela é injusta? Como manter a ORDEM, se ela é desumana e imoral? Como sujeitar-se a uma lei que foi mero fruto puro e simples do império da força e do arbítrio?

Todas as forças vivas da Nação, de um modo ou de outro defendem a necessidade da convocação de uma constituinte, como forma legítima de reordenar a sociedade brasileira.

Esta, aliás, tem sido, nos últimos dezessete anos, a luta da Oposição. Temos lutado em todas as frentes e dessa luta a Nação tem sido a testemunha e seu povo, nosso aliado.

Mas quero e tenho que falar da educação, porque é exatamente neste setor que a vulnerabilidade do sistema ressalta aos olhos.

Primeiro, depois de 64, reduziram os recursos, depois foram suprimindo as garantias e conquistas, chegando a tal ponto que hoje uma das lutas do magistério se localiza exatamente na devolução da lista tríplice do magistério.

Esta luta, travada pelo magistério paranaense, não tem sido sustentada com facilidade. Só o idealismo dos mestres paranaenses e o desassombro do seu despreendimento é que a viabilizaram. Sacrifícios foram e estão sendo exigidos.

A propósito, Sr. Presidente, é bom lembrar o episódio de Palmas, do qual aliás, já registrei nesta tribuna em datas anteriores.

Como se sabe, em Palmas a lista tríplice embora deformada na sua aplicação foi a saída que a Secretaria da Educação encontrou para superar uma crise existente no magistério de Palmas, porque a classe dos professores de lá, reivindicava a troca da Inspectora Regional e de algumas direções dos estabelecimentos públicos daquela cidade.

E a forma encontrada pelo Sr. Secretário para solucionar o impasse, não foi outra senão a lista tríplice. Portanto, exemplos existem de que a lista tríplice não é o fator complicador, mas a solução do problema.

Mas dizia eu que a luta do magistério tem sido feita de sacrifícios no Paraná, e desses, um tem sido sustentado pelo Professor Miraldo de Carle, um dos intrépidos líderes do movimento do magistério na cidade de Palmas. Sofreu ele a dureza da repressão oficial ao ser afastado temporariamente das suas funções e ao responder processo criminal por ter falado pura e simplesmente a verdade.

Quando abordei o assunto, desta tribuna, em maio e junho deste ano, o processo criminal que o professor Miraldo respondia estava subjudice, e naquela oportunidade, por uma questão até ética e como advogado, absteve-me de comentar.

Hoje porém tenho em mãos, Sr. Presidente, a sentença proferida pelo Dr. João Luiz M. de Albuquerque, Juiz de Direito da Comarca de Palmas, que absolveu o professor da imputação que lhe era feita.

Assim, a justiça que deu a oportunidade de defesa no processo contraditório, ao professor acusado de ofender autoridades educacionais, quando em nome do magistério reivindicava melhores condições de ensino, essa mesma justiça não vacilou em lhe passar o atestado de absolvição, porque o Juiz Relator entendeu, entre outras coisas o seguinte: 'Trecho da própria sentença depois de considerar a inexistência de qualquer crime — Disse o Juiz' — Ainda mais, por outro lado, juntou a defesa uma série de documentos emitidos por ilustres membros da sociedade que atestam ser o ora acusado, pessoa da mais alta e reconhecida idoneidade moral, intelectual, líder de classes e respeitado no meio em que vive. Dizem, também por palavras ou por papéis, professor competente, querido e estimado pelos alunos e colegas.

E pelo acima exposto e por tudo o mais que dos autos consta, por não ter praticado o crime descrito na exordial acusatória, julgo improcedente a denúncia para o fim de absolver o réu, Miraldo de Carle, no início qualificado das imputações que a ele foram feitas.

Publique-se e registre-se e intime-se provas. 11 de setembro de 1981".

Faço, Sr. Presidente, o registro do final desta sentença para complementar toda a argumentação, fatos que trouxe nesta tribuna em 09 de junho e 29 de maio passado, quando aqui sustentei o episódio de Palmas e confirmamos que na realidade, quando o Professor Miraldo de Carle foi acusado de ter cometido um crime, foi porque este professor com a coragem dos que falam a verdade, se levantou contra uma decisão que havia na cidade de Palmas, indicado para Diretor de uma escola uma professora que havia tido mais de dois terços praticamente de faltas no ano anterior, sendo assim premiada aquela que não tinha tido um comportamento condizente na realidade como deve ter um Diretor que não só tem a liderança mas a qualificação para o seu cargo.

E posteriormente, o Sr. Secretário da Educação e Cultura do Paraná, para solucionar a crise do magistério em Palmas, enviou um ofício à Inspectoria Regional, datado de 26/5/81, em que recomendava a lista tríplice exatamente para solucionar o problema da direção dos colégios de Palmas.

Portanto, ao falarmos em educação, é necessário que se diga que a causa da educação, para ser resolvida, não está única e exclusivamente sujeita a soluções que demandem recursos financeiros e econômicos. A causa da educação, no Brasil, pode ser perfeitamente resolvida pela adoção de critérios, de medidas moralizadoras, e também pela adoção de medidas em que se procurem, principalmente, recrutarem os mais capazes e os mais aptos.

E não como agora, lamentavelmente, ocorre em muitos casos em que os relapsos, os incompetentes, os submissos, os que sempre e eternamente dizem "amém", são os que recebem a incumbência de dirigirem a classe do magistério.

A luta do professor do Paraná, depois da insanidade governamental da última semana, não ficou só nas lides jurídicas e administrativas, mas ficou marcada na praça pública, onde o cacetete, o cão e o fuzil se lançaram contra a razão, contra o direito, contra a cultura e, principalmente, contra a consciência dos homens que querem a responsabilidade como fim, mas que buscam e precisam da liberdade para atingirem este fim.

Não existem palavras amenas para um Governo que quer ver o povo ignorante e atrasado, pois serve-se disto para impor sua dominação. E só com isto conseguem por sua dominação.

Não se deve ter complacência com aqueles que acham que a educação se resolve com a Polícia e que o Ministério da Educação é um campo de batalha, onde Generais devem cumprir estágio para enfrentarem uma greve.

A saída do Brasil está na educação e cada avanço retardado ou impedido, é um afastamento irresponsável do curso histórico que esta Nação poderia ter cumprido.

Todos podem contribuir, no atual momento, pela efetiva melhora de nossas condições de ensino.

Enfrentamos aqui no Paraná uma greve do magistério, a solução desse impasse pode ser facilmente encontrada, bastando simplesmente a boa vontade dos componentes do partido situacionista. A greve terminaria logo, segundo as manifestações que se podem colher, se fosse implantada a lista tríplice para a escolha das direções das unidades escolares.

Foi o comando político que suprimiu a lista tríplice. É responsabilidade pois dos que o detiverem, devolverem-na em benefício exclusivo da educação.

Mas a lista tríplice que o magistério reivindica é aquela em que realmente o processo democrático se estabeleça, através

dos três escrutínios secretos, e não pelo sistema ocasionalmente usado pela Secretaria, de uma só votação.

Este sistema, o sistema que o Sr. Secretário determinou seja usado em algumas escolas, não elimina a interferência política. E os professores de Palmas tiveram o cuidado de, na prática, demonstrarem que a verdadeira lista tríplice em que só será democrática se houverem três eleições e em cada votação se escolher um nome.

Porque, caso contrário, pelo critério adotado atualmente pela Secretaria de Educação, na verdade há a possibilidade de ser nomeado um professor de uma escola com um só voto: o seu.

Quando em Palmas se procedeu a eleição para indicar a lista tríplice da Escola Sebastião Paraná, ocorreu o seguinte: os professores, para demonstrarem que realmente este critério é falho e não é democrático, votaram maciçamente em um só professor que obteve 18 votos, e um outro, obteve o seu voto e mais dois, três votos.

E lamentavelmente este que teve três votos contra o que teve 18, foi o escolhido, e não se chegou a formar uma lista tríplice, porque numa só votação, apenas dois professores foram votados.

Ora, a lista tríplice que entendemos de ser adotada, é aquela em que a lista de três professores será conseguida após três votações. Numa votação, a escolha de um nome; na segunda, o segundo, e na terceira, o terceiro nome.

Só assim se conseguirá sentir e fazer a triagem dos nomes que efetivamente disponham de liderança, de conceito de persuasão e principalmente, do respeito dos seus colegas, para poderem, com autoridade moral, competência, capacidade e conhecimento de causa, gerir os destinos da humanidade escolar.

Portanto, Sr. Presidente, em 05 de junho, apresentei à consideração da Casa, um projeto de lei que restabelece a lista tríplice.

Esta proposta está na CCJ, aguardando a designação do relator, tendo em vista que o Deputado Gabriel Sampaio, designado relator, devolveu o processo, em 26 de setembro, sob a alegação de que havia apoiado em Plenário, e portanto sentia-se incompatibilizado em proferir o parecer.

Está nesta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em discussão na CCJ, um projeto de nossa autoria, que restabelece a lista tríplice, e não é válida portanto, a argumentação levantada aqui ontem pelo Deputado Gabriel Sampaio, que a Bancada do PDS estaria sob pressão para apreciar esse assunto, que tramita nesta Casa há quatro meses, tempo suficiente para a matéria ser amplamente debatida e discutida e ter um pronunciamento da Casa.

O Sr. Quielise Crisóstomo — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

O nobre Deputado percebe que, para tratarmos de um assunto que envolve a eleição e escolha por apresentação de um Colégio Eleitoral, implica numa certa eleição eleitoral.

Vossa Excelência talvez não tivesse até aqui tido uma oportunidade, como eu tive de ter participado de uma decisão no caso de lista tríplice, vou citar o Município de Sabáudia, onde foram apresentados candidatos e foi eleita uma professora para dirigir um estabelecimento estadual, por lista tríplice.

Foi estabelecido um prazo de validade da eleição, e dois dias depois da eleição, a diretora se incompatibilizou com 90 por cento dos professores, e aí então, o mesmo colégio eleitoral que elegeu a diretora que desconhecia aquela figura no cargo de chefia, a transformação daquela professora meiga e carinhosa, quando assumiu o cargo de direção, transformou-se, não havia mais solução, porque a lei lhe dava amparo de um prazo, não me lembro mais de quanto tempo era, para que permanecesse no cargo.

Aí então recorreram aos políticos, vieram ao Governador,

vieram ao Prefeito, aos Vereadores, para que socorressem o estabelecimento que estava em pânico.

Porque a transformação do temperamento da professora quando assumiu o cargo eletivo, porque ela foi eleita para este cargo, foi impressionante para as suas companheiras de classe.

Mas vê Vossa Excelência que a matéria não pode ser discutida, não pode ser elaborada apenas às luzes de vontades eleitorais. É um problema seriíssimo, nós o encontramos não só no caso de Palmas, como Vossa Excelência está citando como exemplo, uma solução que trouxe acolhida a um problema que estava, até então, carente de uma solução que só foi resolvida através de lista tríplice.

Sempre que um critério de escolha, para qualquer tipo de direção não funciona, nós imediatamente, sugerimos outro critério.

Mas, legislar duramente — e ontem ainda um Deputado colega seu, citava um município, se não me engano Londrina, que também lançou mão da lista tríplice como solução, mas é uma solução quando outro critério não deu a solução devida.

Então poderemos adotar a lista tríplice, nos casos em que uma escolha pura e simples — porque, normalmente, a professora que tem condições de ser diretora, tem sido a diretora. Nunca, ou quase nunca, a escolha de uma direção é contra a vontade da maioria, porque seria uma falta de habilidade muito grande o político ou o Governador escolher uma diretora que não mereça a confiança, pelo menos da maioria simples.

O SR. NILSO SGUAREZI — Por que não entregar à classe que escolha?

O Sr. Quielise Crisóstomo — Vou concluir o meu aparte, para que depois Vossa Excelência o julgue.

Então, esta solução da lista tríplice, já foi adotada em alguns lugares.

Já tive oportunidade de sugerir para que escolhessem lista tríplice, ou quádrupla ou sêxtupla, para que viessem com uma solução de dentro para fora, de baixo para cima, para a direção de vários estabelecimentos, porque esta deve ser a melhor solução.

Mas é muito perigoso, nobre Deputado, darmos uma legislação semi-eleitoral. Damos uma garantia num cargo que, amanhã ou depois, nem mesmo as próprias professoras, que pretendam substituir novamente sua diretora, não possam mais, porque as transformações psicológicas de uma pessoa investida num cargo de direção, são imprevisíveis.

Somente pondero a Vossa Excelência para que, no trato de eleições — e quero aqui aproveitando para não mais apartear-lo, roubando o seu tempo — e também a vontade da Polícia Militar do Paraná, que a escolha do Comandante da Polícia Militar do Paraná seja feita através dos escalões maiores, ou seja, pelo menos um homem também da corporação do Paraná, e eles também não têm conseguido isso.

É a vontade também, dos delegados de Polícia do Paraná, que a Diretoria da Polícia Civil seja também um delegado de Polícia. É uma reivindicação da secular classe dos Srs. Delegados de Polícia do Paraná.

Vê Vossa Excelência que não estamos apenas com o problema da lista tríplice para solução de direções de estabelecimentos de ensino. Temos problemas semelhantes em várias outras classes que reivindicam também, a representatividade dos membros dessa classe para as direções de seus órgãos, dos seus estabelecimentos.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Respondo o aparte de Vossa Excelência.

Primeiro, Vossa Excelência toma a exceção e não a regra.

Se uma pessoa se transforma, depois que é investida para um cargo, cargo de responsabilidade, essa é a exceção à regra e não a regra geral.

Acho que a regra geral, que a pessoa que é responsável que exteriormente demonstra competência para o cargo, é indicada, ela continua a mesma.

Vossa Excelência trouxe, para exemplo, a exceção e não a regra.

Segundo, se ocorre da pessoa se transformar depois de indicada, ela ocorre com o mesmo critério que Vossa Excelência defende, que é o do comando político.

O Sr. Quielise Crisóstomo — Mas aí nós substituímos imediatamente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Exatamente o sentido que nos manifestamos contrário, porque é o sentido que devemos retirar da Educação: o paternalismo da exploração político-eleitoral.

Vossa Excelência não quer que haja eleição na escolha dos nomes, diz que não pode haver votação na escolha dos nomes. Mas, a ninguém desconhece que a manutenção desse critério, data vênua, as honrosas exceções que existem, mas data vênua, é o cabresto que políticos detêm para terem nas mãos aqueles que, futura, ou possivelmente, possam receber a proteção, ou o apaniguamento da direção de uma escola.

Esse é o fator preponderante que queremos libertar a Educação, um critério de tranquilidade, de estabilidade, de segurança à classe do magistério, que não tenha que vir de chapéu na mão, pedir para Deputado, para Prefeito, para Vereador, ou, às vezes, o que é pior ainda, para determinados coronéis que detêm o comando político, no interior, muitas vezes, semi-analfabetos, não dados com o trato da cultura, da educação e que detêm na mão, o forte poder de dizer quem vai gerir o estabelecimento escolar.

O que queremos é estabelecer um critério idôneo, assentado em bases culturais, cívicas, em que não haja interferência política em casos de polícia, onde está escrito, na Constituição, que a função do Deputado é legislar. Imiscuir-se em assuntos meramente administrativos, como é o caso da indicação de uma diretoria de estabelecimento escolar, como é o caso da nomeação de um delegado de polícia.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que resta apenas um minuto para o término de seu pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Lamento, dada a exigüidade do prazo, não poder conceder apartes que me foram solicitados.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Ora, se existe um Estatuto da Polícia Civil, se existe um Curso para Delegado de Polícia, e só bacharéis podem dele participar, por quê, para se nomear um Delegado de Polícia, tenha que esse bacharel, de chapéu na mão, pleitear com o Deputado da região, que detém o comando político, para receber o benefício dele?

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou falando aqui em tese. Existem os bons. Mas, existem também aqueles que se servem do mandato até por interesses particulares. E sempre que uma coisa séria, como deve ser a Polícia, e de imparcialidade, como deve ser a Educação, sempre que for possível a interferência político-partidária, estaremos contribuindo, irresponsavelmente, para que este critério deturpe, para que este critério impeça, na realidade, as condições que, hoje, a classe do magistério quer.

Realmente, o movimento ao se basear e ao reivindicar a lista tríplice da Educação quer melhores condições de ensino. Determinar a uma escola o poder para, entre os próprios professores, escolher a sua direção, é um critério justo, como, nesta Casa, se atribui a nós, Deputados, escolhermos o nosso Presidente, escolhermos a Mesa Executiva.

Porque, aqui os Srs. Deputados, é que sabem, na realidade, a quem podem confiar a direção da Casa. Seria muito estranho que o Sr. Governador viesse aqui dentro, nomear o nosso Presidente.

Ora, se queremos, realmente, estabelecer um critério objetivo, prático e certo, vamos dar, ao magistério, àqueles professores que militam diuturnamente numa escola, no dia a dia, eles que sabem do procedimento, da competência, da liderança, de um determinado professor, para que ele seja apresentado e guindado à direção de uma escola.

Este é o critério justo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra, no horário reservado ao PMDB, ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos últimos dias, a intransigência que caracteriza o autoritarismo e a violência que utiliza como única argumentação diante do povo, voltaram a constituir o centro de nossa preocupação. Esta preocupação foi deflagrada pela intervenção policial-militar no acampamento dos professores no último sábado. E perdura em nossas mentes porque ela nos traz de imediato à consciência recente pelo arbítrio, pelo uso constante da repressão ao povo para estancar as aspirações populares de democracia, de melhores condições de vida, de direito de integrar a vida nacional, como partícipes reais do processo decisório.

A violência, Senhores, permeou e permeia todas as relações entre o poder autoritário e o povo que não o aceita. Reflete-se em todas as atitudes dos que ocuparam o poder e nele pretendem se reproduzir mesmo contra a vontade da ampla maioria da Nação. É o que faz esta legião imensa de humilhados e ofendidos de 120 milhões de brasileiros sem direitos, sem garantias, sem segurança. Onde a autoridade é predeterminada e se impõe pela ameaça constante que pesa sobre todos nós, cidadãos que não compartilham o sistema de poder, e que se vêem indefesos diante da máquina repressiva que a qualquer momento, sem justificativas, pode ser utilizada arbitrariamente.

Isto é violência, Senhores. A imposição pelo medo que rompe todas as condições básicas de liberdade e justiça, é a violência constante que vivemos. E que cotidianamente aflora no uso abusivo do poder, tão exaustivamente utilizado pelos funcionários da repressão. Dos menos graduados, como o guarda rodoviário, ao mais importante e que pode ocupar o mais alto cargo de responsabilidade e de direção.

Alguns dos Senhores Deputados que apoiam o Governo afirmaram que falar da violência lhes cheira a demagogia. Certamente porque ainda não experimentaram o sabor do medo, ou a apreensão de quem se vê ameaçado na sua integridade física, moral, intelectual, como vivem os comuns, ou seja, todos os cidadãos.

Diante dos protestos encorajados pela situação limite que nos diz que é impossível continuar vivendo esta situação, dizem os mesmos Deputados que cumpra-se a lei. Pois bem, Senhores Deputados, a lei que invocam se constitui na formalização jurídica do estado que protege a violência contra a sociedade. A lei é portanto a expressão desta violência cometida todo o tempo contra todos nós que estamos ao lado dos comuns, dos mortais, dos que não dividem qualquer parcela de poder.

E de que legalidade falam os generais e aqueles que reproduzem as vozes de comando? Da legalidade do arbítrio. E é preciso que se desfça a confusão intencional lançada para justificar a violência. Em nome da legalidade, das leis que estão em vigência neste País, vale a frase que caracterizou a primeira imagem do General Figueiredo ao assumir o poder: prenda-se e arrebente-se.

Qualquer pessoa dotada de um mínimo de bom senso sabe

que não é possível uma lei atender ao mesmo tempo, interesses dos democratas e dos ditadores. Daqueles que, por exemplo, querem manter o arrocho salarial e ao mesmo tempo os interesses do povo trabalhador que luta por melhores salários. Os representantes do regime, no entanto, falam como se tratássemos de uma legalidade qualquer que estivesse em jogo. Eles seriam os intransigentes respeitadores da lei; a oposição democrático-popular seus infratores contumazes. Mas omitem duas coisas.

De um lado, escondem o fato de que, para eles, uma lei só é boa quando se ajusta aos seus interesses.

Ontem mesmo, o nobre Deputado Lineu Turra, demonstrou o que deveria acontecer com o Sr. Governador Ney Braga e aos seus Secretários da Educação e da Segurança Pública, caso fosse respeitada a lei.

Ao final de sua exposição, membros da Bancada do PDS sorriam e ironizavam, certos de que aqueles que estão no Governo estão imunes às leis, garantem sua impunidade pela força. Certos de que, enquanto perdurar o regime, os que dele se beneficiam terão indulgência plenária.

Para subir ao poder, alguns militares desrespeitaram abertamente a legalidade democrática vigente até 64, subverteram a ordem e impuseram uma nova legalidade ao País. Após isso, sempre que lhes pareceu necessário, alteraram e desrespeitaram sua própria legalidade.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando viemos à tribuna denunciar os excessos praticados pela polícia do General Ney Braga, o fizemos porque fomos testemunhas oculares, visuais, presenciais dos fatos que lamentavelmente se sucederam no último sábado, aqui no Centro Cívico.

Fomos taxados de mentirosos e demagogos, quando afirmamos que houveram agressões a professores e estudantes. Muitos dos Deputados do PDS disseram inclusive que nem cacetes havia na hora da repressão, do desalojamento dos professores aqui no Centro Cívico, e aqui, Sr. Presidente, trago para conhecimento desta Casa e para que faça parte inclusive dos Anais, três laudos de exames de lesões corporais.

Um procedido em Dona Adelaide Guedes dos Santos, o outro procedido na professora Bernadete W. Coelho e outro de Júlio César M. Vieira, estudante com 19 anos.

O Sr. Quielise Crisóstomo — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. JOSÉ TAVARES — Todos os laudos a que me referi, foram subscritos por dois médicos legistas do Instituto Médico Legal, respectivamente o Dr. Elias Zacarias, que é o Diretor daquele Instituto, e Dr. José Marcos Parreira.

Para que esta Casa tome conhecimento oficial, vou proceder a leitura do que diz o laudo pericial, decorrente de exames feitos na Professora Adelaide Guedes dos Santos:

LAUDO DE EXAME DE LESÕES CORPORAIS EXAME DE LESÕES CORPORAIS N.º 8214/81/D.V.

Aos seis dias do mês de outubro de mil novecentos e oitenta e um, às horas, nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná e no Instituto Médico Legal, em atenção à requisição do Sr. Delegado do Quatro Distrito Policial, nós abaixo assinados, doutores ELIAS ZACARIAS, Dr. JOSÉ MARCOS PARREIRA, em cumprimento à nossa missão de médicos legistas e observando as exigências legais, procedemos ao exame de lesões corporais em ADELAIDE GUEDES DOS SANTOS, tendo em vista os quesitos que por aquela autoridade nos foram formulados da maneira seguinte:

Primeiro — Há ofensa à integridade corporal ou à saúde do paciente?

Segundo — Qual o instrumento ou meio que a produziu?

Terceiro — Foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo,

asfixia ou tortura, ou por outro meio insidioso ou cruel?

(resposta especificada)

Quarto — Resultará incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias, ou perigo de vida ou debilidade permanente de membro, sentido ou função? (Resposta especificada).

Quinto — Resultará incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função, ou deformidade permanente? (resposta especificada).

Assim realizada a perícia, passamos a oferecer o laudo que se vê no verso.

Aos seis dias do mês de outubro de mil novecentos e oitenta e um, no Instituto Médico Legal, a requisição do Sr. Delegado do Quatro Distrito Policial, foi examinada ADELAIDE GUEDES DOS SANTOS, brasileira, com sessenta e cinco anos de idade, de cor branca, viúva, professora aposentada, residente nesta Capital. Relata que sofreu uma agressão no dia três do corrente mês, por volta das dezesseis horas e trinta minutos. Ao exame ora realizado, apresenta: a) equimose de forma irregular, medindo cinco centímetros na sua maior extensão, sediada na face ântaro-externa do terço médio do antebraço esquerdo; b) edema de pequeno volume, com duas escoriações lineares, medindo cada uma, um centímetro de comprimento, localizadas na região do cotovelo esquerdo. RESPOSTA AOS QUESITOS: ao primeiro — sim, ao segundo — instrumento contundente; ao terceiro — não; ao quarto — não; ao quinto — não.

Curitiba, 06 de outubro de 1981.

(aa) Dr. ELIAS ZACHARIAS — Relator
Dr. JOSÉ MARCOS PARREIRA”.

Procederei em seguida, a leitura do que diz o laudo de exames procedidos no estudante Júlio Cezar Manso Vieira:

LAUDO DE EXAMES DE LESÕES CORPORAIS EXAMES DE LESÕES CORPORAIS N.º 8208/81/D.V

Aos seis dias do mês de outubro de mil novecentos e oitenta e um, às horas nesta Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e no Instituto Médico Legal, em atenção à requisição do Sr. Delegado do Quatro Distrito Policial, nós abaixo assinados, doutores ELIAS ZACHARIAS e Dr. JOSÉ MARCOS PARREIRA, em cumprimento à nossa missão de médicos legistas e observando as exigências legais, procedemos ao exame de lesões corporais em JÚLIO CEZAR MANSO VIEIRA, tendo em vista os quesitos que por aquela autoridade nos foram formulados da seguinte maneira:

Primeiro — Há ofensa à integridade corporal ou à saúde do paciente?

Segundo — Qual o instrumento ou meio que a produziu?

Terceiro — Foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por outro meio insidioso ou cruel? (resposta especificada)

Quarto — Resultará incapacidade para as condições habituais por mais de trinta dias, ou perigo de vida, ou debilidade permanente de membro, sentido ou função? (Resposta especificada)

Quinto — Resultará incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função, ou deformidade permanente? (resposta especificada).

Assim realizada a perícia, passamos a oferecer o laudo que se vê no verso.

Aos seis dias do mês de outubro de mil novecentos e oitenta e um, no Instituto Médico Legal, a requisição do Sr. Delegado do Quatro Distrito Policial, foi examinado JÚLIO CEZAR MANSO VIEIRA, com dezenove anos de idade, de cor branca, solteiro, estudante, residente nesta Capital. Relata que

sofreu uma agressão cerca das dezesseis horas e trinta minutos, do dia três do mês em curso. Ao exame ora realizado, apresenta: a) equimose violácea de forma alongada, orientada no sentido oblíquo, medindo oito centímetros de comprimento; situada na face anterior do tórax, à esquerda da linha mediana, pouco abaixo da região clavicular; b) equimose arredondada, violácea, medindo três centímetros de diâmetro, localizada na face ântero interna do terço superior do braço direito. RESPOSTAS AOS QUESITOS: ao primeiro — sim; ao segundo — instrumento contundente; ao terceiro — não, ao quarto — não; ao quinto — não.

Curitiba, 06 de outubro de 1981.

(aa) DR. ELIAS ZACHARIAS — Relator
Dr. JOSÉ MARCOS PARREIRA”.

A grande verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que munhas de que aquele jovem fora agredido com um golpe de cacetete no peito e o instrumento contundente que os médicos legistas fazem afirmação, é efetivamente o cacetete da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O terceiro laudo de exames procedidos na Professora Bernadete Visbiski Coelho, diz o seguinte:

“LAUDO DE EXAME DE LESÕES CORPORAIS
LESÃO CORPORAL Nº 8209/81/MLF

Aos seis dias do mês de outubro de mil novecentos e oitenta e um, às horas, nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e no Instituto Médico Legal, em atenção à requisição do Sr. Delegado do Quatro Distrito Policial, nós abaixo-assinados, doutores ELIAS ZACHARIAS — Relator, e JOSÉ MARCOS PARREIRA, em cumprimento à nossa missão de médicos legistas e observando as exigências legais, procedemos ao exame de lesões corporais em BERNADETE VISBISKI COELHO, tendo em vista os quesitos que por aquela autoridade nos foram formulados da maneira seguinte:

Primeiro — Há ofensa à integridade corporal ou à saúde do paciente?

Segundo — Qual o instrumento ou meio que a produziu?

Terceiro — Foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por outro meio insidioso ou cruel? (resposta especificada)

Quarto — Resultará incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, ou perigo de vida, ou debilidade permanente de membro, sentido ou função? (resposta especificada)

Quinto — Resultará incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função, ou deformidade permanente? (resposta especificada)

Assim realizada a perícia, passamos a oferecer o laudo que se vê no verso.

Aos seis dias do mês de outubro de mil novecentos e oitenta e um, no Instituto Médico Legal, à requisição do Sr. Delegado do Quatro Distrito Policial, foi examinada BERNADETE VISBISKI COELHO, brasileira, cor branca, casada, com trinta anos de idade, professora, residente nesta Capital. Relata que sofreu uma agressão, por volta das dezesseis horas e trinta minutos, do dia três do mês em curso. Ao exame, apresenta: a) equimose azulada, de forma ovalar, medindo quatro centímetros no seu maior eixo, situada na face ântero-externa do terço médio do braço direito; b) quimose violácea, de forma arredondada, medindo dois centímetros de diâmetro, localizada na face ântero-externo do terço médio do braço esquerdo; c) equimose violácea, de forma irregular, medindo um centímetro e meio na sua maior extensão, sediada na face externa do terço inferior da coxa esquerda; d) equimose violácea de forma irregular, medindo dois centímetros na sua maior extensão, situada na região mamária esquerda. RESPOSTAS AOS QUESITOS:

ao primeiro — sim; ao segundo — instrumento contundente; ao terceiro — não; ao quarto — não; ao quinto — não.

Curitiba, 06 de outubro de 1981.

(aa) Dr. ELIAS ZACHARIAS — Relator
Dr. JOSÉ MARCOS PARREIRA”.

Como vêem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estes três laudos expedidos pelo Instituto Médico Legal, órgão oficial da Secretaria da Segurança Pública, nestas três pessoas que foram inclusive conduzidas àquele nosocômio por este Deputado, às 23:15 horas da noite do sábado negro que infelizmente manchou a vida política deste Estado, e estes documentos vêm de forma clara, insofismável, e desmentível, contradizer as afirmações feitas não só pelo Sr. Secretário de Segurança Pública, como também por alguns Deputados do PDS.

Este Deputado e o Deputado Darcy Deitos, são testemunhas de que aquele jovem fora agredido com um golpe de violência, de que houve uso da força e da prepotência.

Tenho aqui, em mãos, fotos tiradas pela “Folha de Londrina”, que demonstra clara e insofismavelmente o uso da força e da violência pela Polícia Militar do Governo do Estado do Paraná.

Creio que esses fatos, documentos contra os quais não há inclusive forma de desmentí-los, não há mais o que dizer.

Só espero, Sr. Presidente, ao concluir, que o Governador Ney Braga, se é que ele, segundo o Secretário da Segurança, publicamente não foi o autor da ordem para que a Polícia agisse como agiu, apesar de que o próprio Secretário, no mesmo sábado, disse a este Deputado que estava cumprindo ordens superiores, nós do PMDB aguardamos que providências enérgicas sejam tomadas, e que a lei seja efetivamente cumprida para que o Sr. Governador do Estado não fique desmoralizado perante o povo do Paraná por mais um ato de descumprimento da lei, quando sua força repressiva agiu e violentou covardemente, professoras, estudantes e crianças em plena via pública, quando faziam, pacificamente, protestos por melhores condições de vida para si e por melhores condições de educação e ensino para o povo do Paraná.

Lamento não poder conceder apartes aos Deputados Fiori Luiz e Quielse, por falta de tempo.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra, o Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Disse bem o Deputado Tavares, quando iniciou o seu pronunciamento, e repetiremos nós da tribuna; é um assunto que não está agradando muito a bancada governista.

Mas é preciso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que entendamos que a lida que estamos desempenhando nesta Casa, às vezes fechada contra nossa vontade, esta luta não deve ser interpretada como alguns tentam, aqui, no aspecto político. As manifestações mais sérias, surgiram exatamente quando, após uma atitude truculenta em que se usou a força policial em cima de professores.

É a partir de então, que acho, que a voz desta Casa deveria ser levantada no mesmo sentido, não apenas pelos representantes dos Partidos de Oposição, mas também e muito seriamente, pelos Srs. Deputados do Partido governista.

É incrível, Senhores, que tenhamos, como ainda ontem pude ouvir, algumas assertivas, porque viemos à tribuna e porque viemos combater atitudes desta natureza contra os professores.

E parece que a coisa caiu, como do céu. Caiu, porque ao ler hoje a “Folha de Londrina”, o que é que eu deparo? Um dos nomes mais cogitados pelo PDS para disputar o Governo

do Estado, Prefeito de Londrina, Sr. Antônio Belinati, inclusive, declara que se ele fosse o Governador, o Secretário de Segurança já estaria na rua.

É preciso então, que ao menos para que fique nos Anais desta Casa, conheçamos o teor por inteiro da entrevista que publica hoje a "Folha de Londrina".

Parece-me altamente oportuna, para que não se diga que é apenas a Oposição que está vendo "fantasmas" no episódio ocorrido.

Diz a "Folha" hoje:

"Em conversa com jornalistas na manhã de ontem, no aeroporto de Londrina, o Prefeito Antônio Bellinati afirmou que se estivesse ocupando hoje o cargo de Governador do Estado, demitiria o Secretário de Segurança, Coronel Haroldo Ferreira Dias, por ter tomado a decisão e dissolver com uso de força policial, o acampamento dos professores em greve, que faziam nas proximidades do Palácio Iguaçu, em Curitiba.

Usando pesados termos, Belinati pediu a demissão do Secretário e voltou a condenar com veemência, aquela medida. Disse também que, somente através de ordem judicial ou com a invasão da Rádio Clube, de sua propriedade, entregará à Polícia Militar uma fita contendo declarações suas a respeito do assunto que está sendo requisitada pelo comando da Polícia Militar.

O Prefeito insistiu na demissão, principalmente depois de o Secretário ter afirmado, que os policiais deverão ser usados novamente, desta vez, para dissolver a concentração que os professores fazem na Catedral, próximo à Praça Tiradentes, onde estão em vigília permanente, para exigir o cumprimento às suas reivindicações. Foi uma burrice do Secretário", são palavras do Prefeito, Prefeito do PDS, "foi uma burrice do Secretário ter tomado aquela atitude. Somente um inimigo do Governador Ney Braga faria isso.

Foi uma ação desenvolvida, como se o Presidente Figueiredo não estivesse vivo, como se o enfarto que o acometeu tivesse paralisado o projeto de abertura, visto que o Presidente vem, reiteradamente, posicionando-se contra o uso da violência. O Presidente, ressaltou, está vivo e estamos na abertura. Na opinião do Prefeito, aquela ação manchou a democracia no Paraná. Ele não acusou diretamente os policiais, que são meros cumpridores de ordens, e lembrou que a medida, que a seu ver foi tomada isoladamente, fez acirrar os ânimos e provocou um crescimento ainda maior do movimento paralista.

Bellinati contestou também informações que vêm sendo veiculadas, segundo as quais há infiltração na greve.

Abro um parêntesis — vejam os Srs. que as informações são do Prefeito, quando entra no campo da infiltração, porque eles vêm comunismo em tudo para poder dizer isso, para poder enfrentar o comunismo que é um fantasma que não sabemos onde está.

Então, o que diz? Ele não acusou diretamente os policiais, que são meros cumpridores das ordens. E, mais na frente Bellinati contestou também informações que vêm sendo veiculadas segundo as quais há infiltração na greve. Não há infiltração na greve. O que existe, diz o prefeito, é a participação de diversos setores da comunidade, que vêm hipotecando o seu apoio.

Ele classificou de imperdoável o ato de dissolução do acampamento, que segundo ressaltou, desenvolvia-se de maneira pacífica e de forma alguma oferecia qualquer risco à autoridade constituída. Confiou na intermediação do Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, para uma solução ao impasse. O prefeito informou também que a fita em que foi gravado num dos seus programas matinais na Rádio Clube foi requisitada, na segunda-feira, por um Tenente identificado apenas pelo nome de Augusto, do Quinto Batalhão da Polícia Militar, enviado pelo Comando da Polícia.

"Não entreguei e só entrego com mandado judicial, ou se

invadirem a emissora. Chega a ser lamentável o desconhecimento da Polícia Militar em relação às leis vigentes no País, e tanto é assim que chegam a passar por cima delas. É necessário um mandado", frisou. No programa da rádio, ontem pela manhã, ele reafirmou sua opinião sobre o movimento. Disse estar solidário com os professores e considerou que um dos fatores que poderia colocar um fim à greve, seria o reajuste semestral para os educadores.

Vejam os senhores — é até o cúmulo talvez que possa vir um Deputado da Oposição para ler e para que tenha no registro da Casa, nos Anais, um pronunciamento de um Prefeito hoje filiado ao PDS, tido e havido e decantado como um dos seus candidatos ao Governo do Estado, que reconhece a justeza das reivindicações que traz a sua solidariedade aos professores, que admite que uma das soluções seria o reajuste semestral, que entende que a melhor solução é colocar na rua o Coronel, Secretário da Segurança Pública, e que inclusive posso afirmar aos senhores — tenho conhecimento através de contatos que tenho tido com professoras de Londrina que estão participando do movimento em Curitiba, que inclusive o Prefeito tem fornecido passagens para que possam se locomover à Capital do Estado e participar deste movimento reivindicatório.

São essas as razões que me levam a entender que não é possível que continuemos aqui ouvindo as radicalizações daqueles que parecem ter o dever certo e sério de tomarem posições em favor do Governo, e não querendo reconhecer, pelo menos, que houve efetivamente uma ação truculenta policial, que houve violência contra os professores, que a sociedade inteira não está aceitando, que o Paraná inteiro está reclamando e está pedindo justiça.

Mas entendo, Srs. Deputados, que com este registro, com esta nota divulgada hoje pelo jornal de Londrina, é bem possível que tenhamos nos Anais da Casa o registro feito para que, futuramente, possamos então sentir os posicionamentos que deverão tomar os homens públicos.

Antes de conceder o aparte que me solicitou o Deputado Fiori Luiz, quero dizer que não aceito quando fazem alusões levianas até de Deputados participarem do movimento. Temos que estar lá quando possível. Não podemos pensar em estar junto com os professores apenas na hora de pedir voto, ou para quem quer que seja.

A nossa participação, se não estivemos antes, se não fomos participar de movimentos, é porque estávamos acompanhando uma caminhada reivindicatória.

Mas, desde que o Estado assumiu posição de violência, devemos responder com altivez dos mandatos que temos dentro desta Casa de Leis.

Com satisfação, Deputado Fiori.

O Sr. Fiori Luiz — Quero cumprimentá-lo, Deputado Dácio Leonel.

Com relação a esta notícia, como homem do Governo, deveria até ampliar a sua proposta. Então que coloque também o seu cargo à disposição, até que o Governo aceite esta sua proposição, caso contrário, estará caracterizado o oportunismo que sempre acompanhou o Prefeito de Londrina.

Para mim, é tudo "caranguejo do mesmo saco".

Agora, a intolerância doentia do General Ney Braga tem alguns seguidores fiéis, Deputado. Afinal, é o Governador, é o Chefe Supremo e a Corte lhe é fiel, submissa, obediente e servil. O Sr. Edson Machado, obscuro tecnocrata parido nos laboratórios de educação em Brasília, volto a repetir, demonstra sua arrogância e sua insensibilidade colocando-se como um "reizinho" ridículo e grotesco, a falar nas televisões, querendo provar com números frios, irreais e fabricados, que o magistério não tem do que reclamar.

Melhor faria o Sr. Edson Machado de Sousa, que fizesse as malas e voltasse para Brasília, pois seu estilo assemelha-se

muito bem ao atual Ministro da Educação, Sr. Rubem Ludwig.

Já o Coronel Haroldo Ferreira Dias, Secretário da "Insegurança" do Paraná, é outro robô controlado pelos botões do Palácio e que revela sua verdadeira índole de caserna, tratando mulheres e crianças como se fossem animais.

É muito fácil esconder-se atrás de batalhões de choque. O Secretário mostrou, neste episódio, toda sua formação fascista.

E para completar, ontem nesta Casa um Deputado do Governo chamou algumas professoras de vadias. Veja onde estamos, nobre Deputado. Se um representante do Governo usa de termos ofensivos, quem pode afirmar que nas reuniões palacianas o trato não é o mesmo?

O que não compreendemos é que o General Ney Braga foi Chefe de Polícia, Prefeito, Governador, Deputado Federal, Ministro da Educação, Senador, Governador, de novo ...

O que houve, nobre Deputado? Será que o Governador Ney Braga está fechando o círculo, voltando a seus próprios passos? Isto é, começa a carreira como Chefe de Polícia e encerra como Chefe de Polícia? Pelo menos o Paraná está pensando assim.

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. DÁCIO LEONEL — Dou por concluído, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Ausente, consulta a Liderança do PDS.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, cinco minutos usará a palavra o Deputado Quielse Crisóstomo, e dez minutos, a Liderança do Partido.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa gostaria de anunciar a presença neste plenário, do Dr. Alceu Venâncio Presidente da Câmara Municipal de Peabiru.

Com a palavra o Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta oportunidade, como em tantas outras, é evidente e eloquente a diferenciação do comportamento e até mesmo da responsabilidade de um Deputado da Oposição e de um Deputado do Governo.

Enquanto nós outros, Deputados que representamos o Partido do Governo nesta Casa, preocupávamo-nos com a solução do problema do professor e do servidor público de modo geral do Estado, os Deputados e políticos da Oposição se preocupavam em manter a chama ardente de um movimento perigoso, que a nada levava como a nada levou, nós outros do Palácio Iguaçu, aqui nesta Casa de Leis, estudando o problema na Secretaria de Finanças, arranjando dinheiro, estudando a forma de solução do problema financeiro do Paraná e do professor, tropeçávamos nas ruas com colegas nossos que nada mais queriam, do que o problema não resolvido. Porque, se todos os problemas dos professores fossem resolvidos, pelo Governo, a Oposição não teria voto, porque é da desgraça do povo e de um Governo que a Oposição se mantém no seu auge, na sua pujança política.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Darei o aparte, com muito

prazer.

E neste momento falam mais alto os fatos, a verdade, o comportamento de cada um de nós aqui. Que os laudos que desfilaram pela tribuna desta Casa de Leis, provam mais eloquente argumento oratório, do que este movimento, esta agitação, o movimento, sim, talvez, justo, dos professores.

Mas, a agitação não foi feita por professor. Ela foi feita por políticos, por agitadores profissionais. Dos 22 homens ou mulheres que foram detidos, apenas oito eram professores.

E aqui, de três laudos que estão nas mãos, escolhidos a dedo por Deputados da Oposição, comunico aos Srs. Deputados desta Casa, um professor é professor federal; lógico, não é professor do Estado, nada tem a ver com a causa em si.

Outro, é um estudante agitador profissional; não é professor também. Já participante de vários movimentos e já conta com passagem pela polícia.

Não é a primeira vez que este senhor que está aqui com laudo, já foi apreendido pela polícia por comportamento desta natureza. Não é a primeira vez.

E o terceiro laudo, é de uma professora aposentada, que deveria estar sentada, sim, nas ruas, para agradecer o projeto de lei de autoria do Governo do Estado, que está sendo votado hoje em terceira discussão, que vem beneficiar os inativos. Porque este professor, sim, o único professor que estava nas ruas, com 65 anos de idade, esta professora deveria estar nas escadarias do Palácio e nesta Casa, agradecendo o projeto que está sendo votado hoje em terceira discussão. Para o benefício dos inativos.

Vêm Vossas Excelências, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quão diferente é o comportamento de nós, legisladores. Nós que vivemos, Srs. professores, da felicidade de vocês. Porque, se vocês forem bem atendidos, haveremos de ser bem recompensados nas urnas.

Mas, se não forem bem atendidos no Estado, nas suas reivindicações, então as oposições serão beneficiadas nas urnas. Da sua felicidade, funcionário público e professor do Estado, a nossa felicidade; da sua desgraça, a nossa desgraça. Mas, da sua e da nossa desgraça, a felicidade das Oposições.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência registra com satisfação, a presença neste plenário, do Sr. Ezevêr Agibert da Silva, Vereador da Câmara Municipal de Prudentópolis.

Com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto novamente à tribuna, porque devo efetivamente, dada a admiração que nutro pelo Deputado Lineu Mansani Turra, alguns esclarecimentos. Apenas fiz um requerimento que vou ler, novamente; que não foi bem interpretado pelo nobre Deputado.

Apenas requeri, ouvida a Casa, a transcrição nos Anais Históricos deste Legislativo, do texto da nota publicada pelo jornal "Diário do Paraná", em sua edição de 08 do corrente, "Coluna em Foco", que diz o seguinte: "Pedido de Impeachment" contra o Governador, feito ontem pelo PMDB, é prova de que estamos em plena campanha eleitoral. O PMDB que se diz com tantos créditos, pela luta pela anistia, está com fúria de cassar.

Como sabem que não haverá número para ganhar uma parada dessas, jogam com o sentido de pressionar. Então, não confundir ética com "é titica". As expressões não são minhas. A expressão "titica" é do jornalista.

E eu realmente acrescentei lá adiante. Mas não ao Deputado Lineu Turra. Disse o seguinte: "Hoje está patente junto aos órgãos de comunicação social, e por isso também perante a opinião pública, que os anseios do magistério público estão

sendo manipulados por Deputados da Oposição, com interesses eleitoreiros.

Caracterizando uma insensibilidade demagógica que choca, não apenas em termos políticos, mas até como carência de sentimentos humanos. Então, eu generalizei.

E continuo, Sr. Presidente: "Realmente, alguns Deputados da Oposição, não todos — faça-se justiça — têm usado esta greve. Não só para usar um linguajar estranho ao comportamento de um representante do povo, como fez há pouco o nobre Deputado Fiori Luiz, mas também para fazer demagogia, pura demagogia.

Aliás o Deputado Fiori Luiz, disse que um dos Deputados do PDS chamou as professoras de vadias — pediria a Sua Excelência que dissesse o nome do Deputado, porque eu estive na sessão até seu término e não ouvi esta expressão.

O Sr. Fiori Luiz — Deputado, assim que terminou a sessão, o Deputado Jurandir Messias.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas, Sr. Presidente, desconto do meu tempo o aparte que não concedi. Ele que o diga em outra oportunidade.

Dentro do plenário, não ouvi Deputado algum chamar as senhoras professoras de vadias, porque, se isso acontecesse, teria a repulsa da própria bancada.

Agora, como o nobre Deputado Fiori Luiz está acostumado com este linguajar, que não é próprio dos Parlamentares, ele atribui a outros Deputados o mesmo comportamento. Mas, diz o provérbio que quem tem rabo de palha não senta perto do fogo.

E vimos hoje com muita tristeza, o Deputado Dácio Leonel sentar perto do fogo. Quando quer dar lições de comportamento à Bancada do PDS, dizendo que a Bancada deveria protestar contra a violência policial.

Não precisamos de lição do nobre Deputado, porque não somos seus liderados. Disse também o nobre Deputado, que o dever de um Deputado é estar lá, junto com o professor, na rua, lutando pelas suas reivindicações.

Então é aí que aplico o provérbio ao nobre Deputado. Por que ele não o fez em 79, quando participante da Bancada da ARENA e Governador do Estado o Sr. Jayme Canet Júnior, de cujo partido ele é hoje o líder nesta Casa: sequer recebeu o Arcebispo de Maringá, que era o mediador dos Srs. Professores.

Não estou aqui criticando, porque foi o Sr. Canet Júnior um dos maiores Governadores da História do Paraná. Estou criticando a curta memória do Deputado Dácio Leonel, que quer fazer demagogia aos professores do Paraná.

Porque, o que reivindicavam os Srs. Professores ao então Governador Canet Júnior? Implantação das medidas previstas no Estatuto do Magistério, medidas não adotadas, como o próprio Canet reconheceu num programa que fez na TV Tarobá de Cascavel. Canet disse naquela entrevista que não tinha recursos para atender o professorado da época. Com a greve, nenhuma das reivindicações foi atendida pelo seu Governo.

Até medidas que não requeriam aumento de despesas, como a volta dos srs. professores aos seus municípios. Os Srs. professores estão lembrados que em 79 pediram isto ao Governador Canet Júnior, que não importava em centavo algum de despesa.

E hoje vem a Deputado Dácio Leonel, demagogicamente, convocar os Deputados do PDS, para ir ao meio da rua incampear reivindicações, que sabemos não serem possíveis de serem atendidas pelo Governo, pelo menos no corrente exercício.

Tão logo o Sr. Ney Braga assumiu o Governo, atendeu a reivindicação dos srs. professores, trouxe-os de volta a seu domicílio, ninguém pode negar isto, nem a Associação dos Professores e nem a Oposição.

Além dessas, o Sr. Ney Braga ainda atendeu, e foi aí a

efetivação dos srs. professores suplementaristas, acabou com a execrável figura do suplementarista, que a cada final de ano letivo, vivia um drama íntimo, porque não sabia se no exercício seguinte poderia continuar a levar o sustento para sua família, porque dependia da boa vontade de um diretor de estabelecimento de ensino que lhe concedesse, ou não, aulas suplementares. Não recebia as férias.

Coração grande e humano, ao contrário do que diz o nobre Deputado Fiori Luiz, que chama o Governador de cadáver insepulto, num desrespeito ao Governador do Estado do Paraná, sensível, grande coração, a primeira medida que Ney Braga foi efetivar 6.500 professores suplementaristas, trazendo tranquilidade a esses professores e suas famílias.

Quanto custou isso ao Estado? Que diga a Oposição o quanto custou, que diga o Deputado Dácio Leonel, o Governador Canet Júnior não tinha dinheiro mas o Governador Ney Braga arrumou, para efetivar esses 6.500 professores suplementaristas.

Definição das serventes. O que ganhava uma servente? Eram contratadas por Cr\$ 1.500,00 pela diretora do estabelecimento do ensino, não foi definida a profissão de servente com vencimentos condignos e compatíveis com a disponibilidade do tesouro estadual? Por que não fizeram isto em 79? Por que? Por que o Deputado Dácio Leonel não estava na rua? Hoje, está querendo dar lição de ética, de comportamento dentro desta Casa, e positivamente, não aceitamos.

E as promoções de mais de 20 mil professores entre os diversos níveis. Isto custou ao Governo do Estado do Paraná, 270 por cento de aumento na sua despesa com pessoal.

E agora, o que reivindicam os srs. professores, algumas de ordem institucional, como lista tríplice que está sendo estudada, inclusive, pela bancada do PDS, 90 por cento da bancada já está de acordo. Em abrir mão de indicação de diretoras, porque, isso só desgasta o Deputado, no meu entendimento pessoal, evidente.

Reivindicam o que?

O 13º Salário, mas só para os srs. professores não, entendeu a bancada que deve ser estendida a cem mil funcionários do Estado, que sofrem as mesmas agruras, as mesmas necessidades do professor.

Vejam bem, que não estou dizendo que o professor não está certo na sua reivindicação. Deveria reivindicar muito mais, pela nobreza de sua profissão e pelo sacrifício de sua profissão, mas o Governo do Estado entretanto, tem um orçamento para executar, não pode ultrapassá-lo, e a medida do 13º Salário, ao contrário do que noticiou a imprensa hoje, não foi prometida pelo Sr. Governador no corrente exercício, mas com toda certeza será implantada no ano de 82.

Então, o funcionalismo do Estado terá o aumento de janeiro de 82, terá a primeira parcela do 13º Salário no mês de julho, no mês de setembro, terá uma antecipação de aumento, que para mim é um eufinismo, mas é a implantação definitiva do reajuste semestral que, lamentavelmente, o Governo, por questões legais, não pode estender a todo o funcionalismo.

Mas, com a antecipação de parcela do aumento de janeiro de 83, que já está definida, que chegará mensagem nesta Casa na próxima semana, antecipando parte do aumento de 83 para setembro de 82, e finalmente ...

O Sr. Dácio Leonel — Sr. Deputado, o senhor fez perguntas, eu posso responder? Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Darei logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Darei, numa outra oportunidade, com todo o prazer, porque Vossa Excelência sabe o apreço que tenho por Vossa Excelência.

Agora, não podemos receber lições de demagogia e de comportamento de Vossa Excelência. Por não foi para a rua, em 79? Por que o Governador Canet Júnior não deu o que o professor queria, em 79? Então não faça demagogia. Que o PMDB lute, está certo, porque sempre esteve na trincheira da Oposição, mas Vossa Excelência sempre "mamou nas tetas" do Governo. E hoje vem atacar o Governo, fazer média aqui dentro? Ora.

Continuando, Sr. Presidente, e vejam bem, quero fazer uma ressalva: estou criticando o comportamento de um Deputado demagogo e insincero. Jamais um dos maiores Governadores que a História do Paraná teve, que foi o Sr. Jayme Canet Júnior, que merece todo o respeito dos paranaenses. Mas, no episódio da greve de 79, ele pecou mais do que está pecando o atual Governador.

Então, não admitimos aqui que o seu líder venha dar lições de comportamento.

Já vou encerrar. Sr. Presidente, o Sr. me deu um minuto em que deixou de falar o nobre Deputado Quielse Crisóstomo? No meu relógio, Vossa Excelência esqueceu.

Com quantos minutos estou, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Vossa Excelência tem meio minuto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Então, estou com 10 e meio minutos. Ocupi a tribuna 10 minutos e 30 segundos. Tenho mais um minuto, Sr. Presidente. O Deputado Quielse falou quatro minutos. Está bem. Mais trinta segundos menos 30 segundos.

Só queria aproveitar para encerrar e dizer que, finalmente, em dezembro de 82, o funcionalismo receberá a segunda parcela do 13º, e logo em seguida, o restante do aumento.

Estando, portanto, sem eufemismo algum, inaugurado no Paraná, semi-oficialmente, o reajuste semestral. Quer dizer, isto é o que comporta o Tesouro do Estado. Fora disso, não adianta. Vamos pensar mais um pouquinho na população escolar?

A cada final de ano letivo há uma greve. Não quero discutir as razões. Mas, a nossa população escolar, como fica? Quando chega no vestibular, acaba escrevendo "peço" com dois "ss", e acaba sendo reprovado.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. FIORI LUIZ — (Pela ordem) Gostaria que, oportunamente, o nobre Presidente desta Casa, tivesse a mesma complacência quando algum Deputado do PMDB estivesse usando da tribuna, dando-lhe dois ou três minutos a mais.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado, que o horário foi cumprido de acordo com as anotações feitas por esta Presidência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, discordo. Falei dez minutos e trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE — Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs 94 e 105/81. Em votação. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente,

requiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

Responderam à chamada 35 Srs. Deputados.

Há "quorum" para deliberação.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 85/81), que fixa critérios especiais com vistas à revisão de proventos de funcionários inativos do Estado, disciplina a incorporação de vantagens e proventos de inatividade e dá outras providências que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., por maioria, e C.F. e C.R.H., por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação o projeto e emendas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mais uma vez, Sr. Presidente, esse projeto de lei tem, apenas, cerca de doze emendas e algumas delas estão sendo aprovadas, e apenas algumas, e o nosso objetivo principalmente da nossa agremiação, o PMDB, é de buscar com justeza de comportamento parlamentar, com os princípios programáticos de nosso Partido, que buscam e declaram a necessidade da justiça social.

É sabido, Sr. Presidente, que no meio do funcionalismo, da máquina que toca administrativamente o Estado, esta força de trabalho humano tem recebido, dos Governos do Estado, uma série de comportamentos contraditórios, injustos, irrealis, com relação ao funcionalismo, esteja ele em atividade ou aposentado.

Os objetivos declarados nessas emendas, buscam não somente o aperfeiçoamento do projeto, mas também, nesta procura de justeza de norma, também a justeza do interesse social.

E é exatamente neste sentido, Sr. Presidente, que mais uma vez, a Oposição, alojada dentro do PMDB, tentou em mão mas com toda garra, solucionar um problema de natureza eminentemente jurídica e social, ao mesmo tempo, e voltamos a repetir, é uma contribuição de dever cívico, parlamentar, de ofício até, propor as emendas a nível de Bancada, como já foi feito até na Comissão de Constituição e Justiça.

E não poderíamos deixar, nesta terceira discussão, de, mais uma vez, aviventar, abrir os ouvidos e também alargar as frentes daqueles que contemplam um horizonte curto e não enxergam que o propósito do nosso esforço é o aperfeiçoamento do projeto, é a justeza com que pretendemos tratar o funcionalismo público do Estado.

E, nesta oportunidade, já que o Governo, ou pelo menos o Partido do Governo que dá sustentação ao Governo, anuncia o desejo de pedir, ou que já tenha feito, manifestado esse desejo de pedir o 13º para todo o funcionalismo público do Estado do Paraná, só quero fazer uma lembrança: o Deputado Nilso Sguarezi, no dia 05 de agosto, propôs a esta Casa um pedido para que o Governo, através de sua área de Secretarias dos Negócios Relativos à Economia, apreciassem, e este Poder aprovou e quer nos parecer, já há algum prognóstico de se implantar o 13º salário para todos os funcionários do Estado do Paraná, e o objetivo, também do PMDB, é fazer do funcionalismo público do Estado, uma categoria de trabalho que realmente movimente os serviços cotidianos, com mais ânimo, com mais desejo de progresso, com mais vontade e mais garra de levar o nosso Estado à sua realidade de produção, à sua realidade de

aspiração política, de liderança no setor nacional, de liderança também em todos os setores da sociedade brasileira. E não poderia ser diferente também, Sr. Presidente, com o próprio magistério. Nós estamos nos comparando como um Estado subdesenvolvido dentro de todo o concerto de Estados nacionais de Estados federativos e é exatamente nesse ponto que faço mais uma vez nessa terceira e última discussão do projeto, um apelo aos eminentes Deputados do PDS, principalmente, para apreciem e aprovarem se possível, as emendas que nós apresentamos.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) -- Em votação a Emenda n.º 1, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério. -- **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 2, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério. -- **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 3, de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins. -- **Aprovada.**

Em votação o Projeto de Lei n.º 94/81. -- **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 105/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 91/81), que majora os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. -- **EM REGIME DE URGÊNCIA. -- Aprovado.**

EM VOTAÇÃO -- 1.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 44/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 62/81, (Mens. Govern. n.º 68/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, e o Ministério do Trabalho, objetivando a realização da "II Feira Brasileira do Artesanato", no período de 10 a 19 de julho de 1981.

O SR. NELTON FRIEDRICH -- (Para encaminhar). Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Projeto de Resolução n.º 44/81, é que fica aprovado convênio celebrado em junho de 81 entre o Estado, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e o Ministério do Trabalho, objetivando a realização da 1.ª Feira Brasileira de Artesanato, no período de 10 a 19 de julho/81.

Dois aspectos queremos destacar aqui. De plano, algo que evidencia com muita clareza a que lugar deixaram o Parlamento neste País, porque no momento em que as Constituições prevêm e determinam apenas o referendar do Poder Legislativo sob determinados aspectos, sob determinados convênios, estamos totalmente imobilizados, como acontece especialmente na Constituição do Estado do Paraná, Artigo 22, e 47, respectivamente incisos 7 e 9.

Vejam que nós estamos hoje no mês de outubro, aprovando um convênio que já teve a sua realização, a sua pretensão, ao menos teoricamente atendida, já que a Feira foi realizada entre 10 e 19 de julho de 81. Em verdade, nada se fará, nada se ampliará, não temos outro sentido aqui a não ser de sacramentar aquilo que já foi realizado, recursos que já foram aplicados, Cr\$ 3.000.000,00 que é o valor do desembolso, que aplicaram-se por parte de um convênio por parte do Ministério do Trabalho, do Governo Federal, portanto, com o próprio Governo do Estado, via Secretaria da Indústria e Comércio.

Levantado esse aspecto que prova como que o sistema nos últimos anos alijou o Poder Legislativo, que passa a referendar, subscrever, avaliar aquilo que já está realizado, aquilo que já está feito, ou ao menos de recursos muitas vezes que, sem outra função alguma de fiscalização não temos nós, a não ser ver apenas uma discussão superficial e uma aprovação muitas ve-

zes mecânica.

Mas, Sr. Presidente, Senhores Deputados, por outro lado já que se trata de um convênio ligado à questão da II Feira Brasileira do Artesanato, merece de nós uma certa análise exatamente porque, se também na área de produção como da arte e da cultura, é grande a confusão em nossa sociedade, não poderíamos deixar de levantar alguns pontos.

Porque a confusão que hoje existe na arte, na cultura, como também é na área de produção, decorre exatamente da interveniência da presença, da mediação do Estado, como agente que procura moderar ou operar o processo social e das condições em que existem em nossa sociedade o livre jogo de iniciativas. Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, numa sociedade em que se afirmam os monopólios e que vive sob a condição de dependência externa. Isto é, uma dependência em relação aos países desenvolvidos, não há, rigorosamente, nem livre iniciativa, nem livre mercado, nem livre produção e, obviamente, nem mesmo livre criação. E, quanto mais depende a sociedade brasileira pelo regime que se instalou dos países desenvolvidos, menor equilíbrio temos todos nós -- menor equilíbrio na produção, na própria distribuição e no consumo.

E nosso País, portanto, passa a ser um exemplo muito vivo da situação de total dependência também na cultura. Em nossa situação é muito importante que o Estado assuma o papel de agente social, que crie e organize a produção e também o mercado. Mas, sem tutela, sem paternalismo clientelista, porque as forças econômicas, sociais e culturais são díspares. E a presença e afirmação de qualidade, não significa capacidade de organização e capitalização, para tentar competir e vencer no mercado de produção e vendas.

Também nas artes e técnicas encontramos os mesmos problemas. No Paraná, Sr. Presidente e Srs. Deputados, já que estamos analisando e discutindo um projeto que diz respeito à II Feira Brasileira de Artesanato, realizada no Parque Barigüi, a cultura neste Estado, as artes, as técnicas estão na verdade, entre esses mesmos problemas que acabamos de nos referenciar. E o artesanato portanto, também está ameaçado pela falsa proteção em que vemos em todos os setores. Vemos que é uma promoção em que vemos em todos os setores. Vemos que é uma promoção que não nos é vantajosa -- nem para o artesanato, nem para a arte, nem para a cultura. Uma idéia estranha de promover para a sociedade do espetáculo, de promover para alegar ter sido promovido. Acaba substituindo a função operatória, disposições, feiras e mostras.

As exposições e feiras que não ligam os compradores e os consumidores e seus intermediários, objetivamente considerados e com oportunidade de desempenho. Não são mais do que faláceas. Temos tido no Paraná e em Curitiba, muitas exposições, inúmeras feiras que são uma festa, um circo, para que o público possa ver a ação do Governo, entre outras. A promoção que faz o Governo, mas não há objetivo algum mais amplo e sério e não chegam a produzir os efeitos a que se destinam. Temos o Parque de Exposições no Barigüi, onde muitas pessoas têm ido buscar o lazer, satisfazer sua curiosidade, satisfazer inclusive, a curiosidade produtiva, técnica ou até científica. Mas, cujo resultado, ainda não foi suficientemente medido, não foi analisado, na relação entre custos, resultados, objetivos.

E, é na hora de começar avaliar essas questões por um prisma de maior responsabilidade, para que sejamos levados mais a sério nos gastos públicos e na mobilização de nossos muitos recursos, obviamente, de maneira escassamente aproveitados. E, por esta razão, que estranhamente o que normalmente acontece, estamos na tribuna para registrar essa posição, de que estamos encaminhando e o faremos definitivamente terça-feira, um pedido de informação, para saber do Governo Ney Braga quantas exposições e mostras foram feitas no Parque Barigüi. E com clareza saber quais são os custos, os resultados e que objetivos efetivamente determinaram as mesmas.

É inadmissível, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que chegue ao conhecimento da sociedade e da opinião pública, que de repente, um parque que tem um convênio que é na verdade do município, passa a ter exposições patrocinadas pelo Estado, muitas vezes com estantes pagos pelos cofres do Estado. E que na verdade, quem leva efetivamente, é uma empresa que explora.

Aqui um exemplo, Sr. Presidente, no aspecto mais profundo como nós levantávamos, a questão do artesanato.

Que parcela da sociedade foi beneficiada com a segunda exposição nacional de artesanato? A do consumismo, a do espetáculo, ou se pretende efetivamente o artesanato ligado a produção popular, a própria cultura do nosso povo. Mas é efetivamente mobilizando, com a presença efetiva deste setor.

E no outro aspecto fica esta questão, deste pedido de informação e que a própria Secretaria de Indústria e Comércio venha a público dizer efetivamente os custos de cada uma das exposições. Que objetivos foram os alcançados. Porque não há dúvida de que nós precisamos mais do que nunca a clareza disso. Porque há quanto tempo existe a exploração dessas feiras?

Mas, ao ponto que chegamos e aí a nossa questão básica para terminar, Sr. Presidente, é que na verdade quando o Estado passa a fazer com que este tipo de Parque de Exposição passa a ter com o interesse um agrupamento, uma empresa que a explora, fazendo com que os recursos públicos sejam canalizados até para trazer e pagar até o aluguel do "stand" de uma exposição do Estado!

(Timpanos).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador que resta um minuto para Vossa Excelência fazer o encaminhamento da votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Concluo portanto, Sr. Presidente, dizendo que a este Parlamento de uma maneira muito superficial, pela própria legislação que impera no País acaba votando uma coisa que já aconteceu, não conhece das suas pretensões, não conhece os custos, não conhece os resultados, não conhece os objetivos. É na verdade chover no molhado sem resultado algum maior e portanto há que se alterar este processo. Tomara que o nosso pedido de informação que virá substanciado por estas indagações e tantas outras, nós possamos ao menos ter um quadro amplo, geral, de tantas e tantas exposições e mostras realizadas nos últimos dias, nos últimos tempos, porque não passa um mês sem ter no mínimo uma exposição com o Estado patrocinando, pagando muitas vezes o aluguel do próprio "stand" quando a exposição é do próprio Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o Projeto de Resolução n.º 44/81. Os Senhores Deputados que o aprovam, queiram conservar-se como estão.

Aprovado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. DÁCIO LEONEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. DÁCIO LEONEL — Antes da verificação, solicitamos a Vossa Excelência chamada nominal dos Srs. Deputados, pois parece que está vazia a Casa.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal, 25 Srs. Deputados.

Não há "quorum" para deliberação e sim para prosseguimento da sessão.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 170/80, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Itambaracá. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 170/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A .

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ITAMBARACÁ, com sede e foro na cidade de Itambaracá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
DEL CIEL — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 43/81, que autoriza o Poder Executivo doar à Colônia de Pescadores Z-12, com sede e foro em Foz do Iguaçu, uma área de terra conforme especifica. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 43/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A .

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Colônia de Pescadores Z-12, a área de terra constituída pelos lotes números 6 (seis) e 7 (sete), Zona C, do Município de Foz do Iguaçu, com área total de 3.600,00 metros quadrados, adquirida do Município de Foz do Iguaçu, conforme transcrições de n.ºs 3.688 e 3.689, às fls. 248, do Livro 3-D, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2.º — A área de terra, objeto da doação de que trata o artigo anterior, deverá ser utilizada para a construção e funcionamento da Sede da referida Colônia de Pescadores, que deverá estar concluída no prazo de 3 (três) anos, a contar da data da doação, vedada sua transferência para terceiros, ou utilização para outros fins.

Parágrafo único — O descumprimento do preceituado neste artigo importará na reversão da área ao patrimônio do Estado do Paraná, independente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
DEL CIEL — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 56/81, (Mens. Govern. n.º 41/81), que autoriza o Poder Executivo, doar ao Município de Mariluz, os lotes de terreno que especifica. —

Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 56/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Mariluz, a Quadra n.º 8 B, constando dos lotes de n.ºs 01 a 18, da Planta Geral do Jardim Bonfim, situada na sede do referido município.

Art. 2.º — O imóvel de que trata o artigo anterior destinar-se-á a obras do município, não podendo em qualquer tempo ser transferido para terceiros, sob pena de reversão do mesmo ao patrimônio do Estado, independentemente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de setembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 57/81, que declara de utilidade pública o “Serviço de Assistência Social Evangélico - SASE”, com sede e foro na cidade de Cianorte. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 57/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICO - SASE, com sede e foro na cidade de Cianorte.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

DEL CIEL — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 62/81, que declara de utilidade pública o “Recanto Somos Todos Irmãos”, com sede e foro na cidade de Maringá. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 62/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “RECANTO SOMOS TODOS IRMÃOS”, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

DEL CIEL — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 65/81, que declara de utilidade pública a “Associação de Amigos da Vila Santa Cruz”, com sede e foro na cidade de Castro. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 65/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA VILA SANTA CRUZ”, com sede e foro na cidade de Castro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

DEL CIEL — Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Município de Céu Azul, pelo transcurso do 15.º aniversário da referida Comuna, na data de hoje. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso, ocorrido no dia 25 de setembro do corrente ano, do 14.º aniversário do Município de Nova Aurora. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 34.º aniversário do Município de Santa Mariana, no próximo dia 11 do corrente mês. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Palácios, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 69.º aniversário do Corpo de Bombeiros do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Bueno, lido da tribuna, solicitando sejam enviados ofícios às autoridades federais, no sentido de que programas noticiosos e culturais da televisão brasileira passem a exibir legendas, como nos filmes traduzidos do cinema, para atender os deficientes auditivos. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais Históricos deste Legislativo, do texto de nota publicada pelo jornal “Diário do Paraná” em sua edição de 8 do corrente, do seguinte teor: “Pedido de “impeachment” contra o Sr. Governador do Estado, feito ontem pelo PMDB”. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da COHAB, e sua equipe, agradecendo pela valiosa colaboração que vem dedicando em benefício das classes mais carentes. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando à Comissão Executiva desta Casa, que seja fixada a data de 03 de dezembro, para entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Cardeal D. Evaristo Ams. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A., encarecendo informações dos critérios adotados para liberação de trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros para a firma AGROCERES SEMENTES S/A. — **Em discussão.**

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que este requerimento estava com sua discussão adiada. Tem a palavra para discutir.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Para discutir o requerimento) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conforme notícias vinculadas pelo jornal “O Paraná Rural”, mais uma vez o tentáculo da opressão das multinacionais se fazem presentes em nosso território paranaense, e que-

rem sufocar a nossa região. O BADEP estaria liberando recursos na ordem de 350 milhões de cruzeiros, para implantar uma granja multiplicadora de suínos de raça e uma fábrica de rações no Município de Marechal Cândido Rondon. O investimento que beneficiará a AGROCERES SEMENTES S/A., Empresa do Grupo Multinacional Swift Armour S/A., obtém uma soma portanto de 350 milhões de cruzeiros.

Um outro jornal nos traz a notícia, o jornal "Indústria e Comércio", de que os municípios do Oeste, terão recursos do pró-micro, na ordem de 15 milhões de cruzeiros.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 350 milhões de cruzeiros para a multinacional, 15 milhões de cruzeiros para as pequenas e médias empresas de nossa região. Só estes dados já indicam a discriminação que se faz em favor das multinacionais e em detrimento das pequenas empresas por parte do BADEP. A granja que a Agrocere Sementes quer implantar, é considerada a maior do gênero em todo o Sul do País, devendo manter em torno de 1.200 matrizes. O valor total do investimento, gira em torno de 400 milhões de cruzeiros, sendo que apenas 50 milhões, de recursos próprios; o resto, Sr. Presidente, será financiado com o dinheiro do povo. Carreado e colocado na mão do BADEP, para beneficiar multinacionais. Essa notícia gerou não somente revolta e protesto deste parlamentar, como também, por parte da Associação Paranaense de Suinocultores, núcleo de Toledo, que manifestou ao Ministro da Agricultura, ao Sr. Amauri Stábile, a decepção geral da classe, pela liberação da verba em favor, mais uma vez, das multinacionais. Por outro lado, denunciam a situação de desespero em que estão as granjas de reprodutores já estabelecidas na região, e que algum tempo vem solicitando, vem mendigando empréstimo, para a preservação de material genético e que até agora não foram atendidos. É nesse sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estamos encaminhando um requerimento, solicitando informações ao BADEP, para nos dizer afinal de contas qual é o critério que este utiliza para não atender os suinocultores e para atender e favorecer uma multinacional. Qual é o critério utilizado na liberação desses recursos. Lembramos que neste momento o País atravessa sem dúvida a mais grave crise econômica de sua história, cujos aspectos mais gritantes é a escandalosa dívida externa, de quase 70 bilhões de dólares. Dívida que, na verdade, representa riqueza produzida pelos brasileiros mas contabilizada de forma escorchantemente como lucro nos "royalties", dividendos dos parasitas internacionais que estão a desgraçar a nossa Nação.

Só este ano, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a dívida nos vai consumir 16 bilhões de dólares em juros, sem que isso represente redução na dívida. São juros sobre juros. Este é o resultado de um modelo econômico que premiou o capital estrangeiro e as multinacionais com todas as benesses e incentivos oficiais e o ônus desta política entreguista de que nós também dependemos e estamos amarrados a interesses alienígenas. É nada mais do que o empobrecimento do País com a crescente dívida externa.

E ao piorar as condições de vida do nosso povo, e a inflação batendo seguidos recordes, suplantando a casa dos 120%, é que nos permite e nos autoriza a levantar a nossa voz de protesto diante de um Governo Estadual que segue as determinações do entreguismo nacional.

É o Ministro Delfim Neto, completamente submisso às ordens do SNI, promovendo a recessão, o desemprego em massa e a falência de pequenas e médias empresas. É a política de abortamento dos interesses nacionais, em favor de meia dúzia de parasitas e daqueles que querem se autoparasitar dentro dessas empresas multinacionais que se locomovem com a entrega de nossas riquezas e nossa economia aos grandes grupos estrangeiros.

Recentemente, vimos o Governo autorizar à multinacional Ford do Brasil, a instalar uma fábrica de molas em Jaguatão, no Estado de Pernambuco, contando com uma série de incentivos

fiscais da própria SUDENE.

Como consequência desta medida, a Molas Suedem, empresa nacional, presidida pela empresária Miriam Lee, com mais de 200 operários, produtoras de molas helicoidais, para veículos e fornecedora da Ford do Brasil, não encontrou outro caminho, senão o de cerrar as suas portas e abrir a falência. É a política da falência das pequenas e médias empresas nacionais, estranguladas pela dificuldade de créditos e pelos juros exorbitantes.

No entanto, as multinacionais recebem todos os benefícios e carregam os recursos aqui no Paraná também, no BADEP.

A palavra de ordem, Sr. Presidente, é entregar cada vez mais o País. Entregar tudo e entregar bem rápido. Vendem a preço de banana, a província mineral de Carajás, o maior bolsão de minério do mundo, é vendido a preço de banana às multinacionais. Entregam de mãos beijadas a Bacia Petrolífera de Campos, para as multinacionais arriscarem a encontrar petróleo que já havia sido descoberto.

Entram em acordo com grupos japoneses para passagem das extensões continentais dos cerrados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Cedem à chantagem de Ludwig, o despota do Jari que se dispõe a manter fábulas de dinheiro nesse mesmo projeto. É o plano entregar aquilo que o povo construiu com seu suor, com sua inteligência concretizada com o decreto que autoriza a privatização de 50 empresas estatais. Entre estas empresas altamente rentáveis como a COBRA - Computadores e Sistemas Brasileiros, a MAFERSA - fabricante de trens localizados no Estado de São Paulo, a ULTRAFÉRTIL, a RIO CÉU e tantas outras.

Evidentemente, por mais voltas que o Governo queira dar, é quase certo que a grande maioria das estatais, irá parar na mão das multinacionais, pois as empresas privadas nacionais a cada dia mais sufocadas pela recessão, não se encontram em condições financeiras de gerenciar estas indústrias.

E aqui no Paraná, não se foge à regra. Segue-se a orientação do Fundo Monetário Internacional, segue-se a orientação dos que querem tomar conta do País, segue-se a orientação do entreguismo nacional. O BADEP, é o instrumento do entreguismo. O BADEP, em outras palavras, o Governo do Estado do Paraná libera recursos na ordem de 350 milhões de cruzeiros para uma multinacional implantar uma granja multiplicadora de suínos e uma fábrica de rações.

E esses 350 milhões representam quase que 90% do valor total dos investimentos; não se está trazendo recursos novos, não estamos trazendo capital para dentro do Paraná, em Marechal Cândido Rondon. Estamos usando dinheiro do povo para financiar multinacionais que vão aportar apenas 10% e quanto irão tirar? Já podemos imaginar.

Enquanto isto, por outro lado, as granjas já estabelecidas na região, estão à mingua, esperando verem atendidos os seus pedidos de empréstimos. Será esta a solução que o Governo quer dar à grave crise da agricultura?

Enquanto isto, a Cooperativa Agrícola Mista de Rondon Ltda. - COPAGRIL, de Marechal Cândido Rondon, mantém um programa de integração que financia todas as fases da produção de suínos, com assistência veterinária.

○ Sr. Fiori Luiz. — Vossa Excelência permite um aparte?

○ SR. GERNOTE KIRINUS — Logo em seguida. E tem interesse, inclusive, de entrar, também, na produção de matrizes. Por quê não se carregam esses recursos para aquela cooperativa que, inclusive, mantém uma fábrica de ração, e que, provavelmente, com a concorrência da multinacional, terá que fechar.

A mesma COPAGRIL, possui, em Marechal Cândido Rondon, uma fábrica de rações, com uma capacidade de produtividade de 40 a 50 mil sacas por mês.

Como não há comércio, para tanto, hoje está com uma produção extremamente reduzida, e nas suas diretrizes globais c

próprio Governo Ney Braga define que dará atenção especial à sobrevivência, ao fortalecimento da capacidade técnica e competitiva das médias e pequenas empresas. Mas, isto está no papel. Isso está naquelas palavras ocas, que, ontem, defini, aqui, em aparte ao Deputado que ocupava esta tribuna.

Incentivo à cooperativa — continuam as diretrizes globais — incentiva a cooperativização, objetivando facilitar a industrialização dos produtos, melhor aproveitamento das oportunidades do mercado externo, mais vias de acesso e segurança, na aquisição de insumos. Ora, e onde está o Sr. BADEP, onde está a orientação do Governo do Estado, neste caso concreto, na liberação de 350 milhões de cruzeiros, para uma multinacional, para acabar, inclusive, com aquilo que já existe numa cooperativa, e que é de capital nacional, que é de capital dos agricultores, que foi construído com o suor dos agricultores, com a inteligência dos agricultores?

O Sr. Werner Wanderer — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Nunca neguei aparte a Vossa Excelência, só peço que tenha um momento de paciência, para que possa concluir o meu raciocínio.

Dizia, então, onde está a coerência ou as diretrizes globais, anunciadas nesta Casa, inclusive, do Sr. Ney Braga? De dar incentivo às cooperativas, quando, ao mesmo tempo, na prática e na realidade, estão dando incentivo às multinacionais?

Eu concedo aparte, inicialmente, ao Deputado Fiori Luiz. Logo terei o prazer de ouvir o aparte do nobre Deputado Werner Wanderer.

O Sr. Fiori Luiz — A denúncia do Deputado Gernote Kirinus é realmente muito grave, e nós precisamos abordar, mais vezes nesta Casa, o assunto BADEP. BADEP, hoje, é sinônimo de falência. Onde o nobre Deputado encontrar uma placa do BADEP, pode crer que aquela empresa está fadada a falir. É um banco de investimento, não é um banco de desenvolvimento. Em Londrina, tivemos exemplo dos Irmãos Tanita, que o BADEP teve que assumir, 200 funcionários foram despedidos. Só em Londrina 20 empresas não suportaram os juros elevadíssimos do BADEP e tiveram que fechar as portas.

Enquanto isso, as médias e pequenas empresas que estão devendo juros, multas, correção monetária sobre o ICM, estão às portas da falência.

Só em Londrina, em execuções, temos um bilhão de cruzeiros. E o BADEP só serve, neste Estado, para engrossar grupos ligados ao PDS, grupos ligados ao Governo, que são proprietários de grandes empresas no Estado do Paraná. Empresas muitas delas que estavam quase que falidas e receberam essa injeção financeira do BADEP e que acabaram tendo novos sócios. Inclusive, gente ligadíssima ao Palácio Iguaçu. É preciso ir a fundo, neste assunto do BADEP, nobre Deputado, porque, ela só favorece determinados grupos políticos ligados ao Governador Ney Braga. E deixa sem nenhuma assistência as pequenas e médias empresas deste Estado. E quando as atende, elas não suportam pagar os juros elevados do BADEP.

É um assunto que precisamos voltar a focalizá-lo aqui, nesta Assembleia, nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que vem enriquecer, nos argumentos, o nosso pronunciamento de hoje. E realmente, como já disse, enquanto 350 milhões vão para as multinacionais, para os municípios de Toledo, Medianeira e no Oeste, em geral, são carreados 15 milhões de cruzeiros apenas para apoio do Pró-Micro, de pequenas e médias empresas.

E, no total, dizem, já foram aplicados, nesse sistema, 170 milhões e que geraram 650 empregos. Enquanto que 350 milhões, aplicados na AGROCERES, em Marechal Cândido Rondon, irá gerar apenas 60 empregos. Dez por cento menos, com o dobro do investimento em seu total.

Gostaria de insistir, mais uma vez, Sr. Presidente, Srs.

Deputados, que interesse tem, então, o Governo do Estado em financiar 90% de uma multinacional, em detrimento de pequenos granjeiros e cooperativados?

Não seria mais correto liberar financiamento para as granjas reprodutoras, estabelecidas, e tirá-las da situação de desespero em que se encontram?

Se há interesse, particularmente, em desenvolver o nosso Município de Marechal Cândido Rondon, não seria mais correto, não seria mais de acordo com as diretrizes globais do Governo Ney Braga, liberar recursos para a COPAGRIL poder entrar na produção de matrizes, além de poder investir na sua fábrica de rações?

Essas são as dúvidas, os motivos, que geraram o nosso requerimento encaminhado ao BADEP, que ora está em discussão.

O Sr. Werner Wanderer — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Primeiramente, nobre Deputado, a preocupação de Vossa Excelência é de saber se a Bancada do PDS vai aprovar, ou não, o seu requerimento.

Então, gostaria de dizer, nobre Deputado, hoje não, por falta de "quorum". Mas, esse requerimento será aprovado. Porque é entendimento da Bancada que o BADEP não tem nada a esconder. Vai ser aprovado.

Agora, gostaria também que Vossa Excelência, da forma como vem à tribuna, nesta tarde, dizer que a Agrocere Sementes é multinacional, que à hora em que o BADEP responder e provar, com documentos, que a Agrocere Sementes é totalmente nacional, que Vossa Excelência também viesse à tribuna...

O SR. GERNOTE KIRINUS — Eu não disse que era multinacional, nobre Deputado, eu disse que era subsidiária da multinacional, que é um nome, que é uma forma que eles encontraram de se esconder, sob a máscara de nacional, para espolar o povo brasileiro.

O Sr. Werner Wanderer — Vossa Excelência não consegue, é muito fácil falar, agora, nós vamos provar com documentos, que, é totalmente nacional...

O SR. GERNOTE KIRINUS — Então Vossa Excelência pare de falar e prove primeiro.

O Sr. Werner Wanderer — Então Vossa Excelência aguarde, nós vamos aprovar o requerimento, Vossa Excelência vai ter os documentos em mãos. Agora, Deputado, Marechal Cândido Rondon não vai só atender o Município de Cândido Rondon, vai atender o Estado do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, agora eu admiro Vossa Excelência que conseguiu votos em Marechal Cândido Rondon, ser contra uma empresa de Marechal Cândido Rondon, porque Vossa Excelência toda vez que sai um benefício àquele município, Vossa Excelência fica com "dor de cotovelo", e é isso que está acontecendo, porque vai gerar 120 empregos, 120 pessoas diretamente vão ser beneficiadas, e, toda vez que Marechal Cândido Rondon recebe um benefício, Vossa Excelência não gosta, como aconteceu quando foi a seca de dois anos atrás, quando Vossa Excelência veio a esta tribuna desmerecer o Município de Marechal Cândido Rondon, saiu publicado, dizendo que, o último a sair, a apagar a luz, seria Vossa Excelência. Não vai Vossa Excelência conseguir apagar a luz porque aquele Município está desenvolvendo, nós vamos conseguir muitas outras empresas, Vossa Excelência gostando ou não gostando, nós vamos levar indústrias para Marechal Cândido Rondon, esses 350 milhões de cruzeiros não são dinheiro aqui do BADEP, são do Governo Federal, foi aprovado. Agora, gostaria de dizer que Vossa Excelência vai ter oportunidade ainda, eu sei que Vossa Excelência não gosta quando vem mais uma indústria para Marechal Cândido Rondon, e nós vamos ter oportunidades e eu sei que muitas vezes ainda Vossa Excelência poderá vir a esta tribuna, muitas outras oportunidades Vossa Excelência vai ter para reclamar de multinacional que não é multinacional, a Agrocere não é subsidiária

ria de Swift. Gostaria de finalizar o meu aparte, dizendo que, vai ser aprovado o requerimento, depois então Vossa Excelência terá oportunidade.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Lamento informar que Vossa Excelência não entendeu em absoluto a intencionalidade do nosso pronunciamento.

Vossa Excelência terá de provar não só que a Agrocere não é multinacional, como terá de provar também que, multinacionais instaladas neste País, trouxeram algum benefício para este País, como Vossa Excelência está querendo carrear para Marechal Cândido Rondon.

Vossa Excelência terá que dizer que não fui só eu que obtive votos em Marechal Cândido Rondon, que sou contra, é a Associação dos Suinocultores do Paraná que está reclamando e, provavelmente muitos deles também votaram em Vossa Excelência.

Vossa Excelência poderá dizer e deverá entender, se entender melhor o nosso pronunciamento, de que, nós não estamos lutando contra uma empresa isolada ou contra o desenvolvimento, nós estamos tentando preservar o que já existe em Marechal Cândido Rondon, que é exatamente o que a COPAGRIL, hoje, uma pequena indústria. Ontem mesmo Vossa Excelência se rejubilava em jornais, no jornal "O Paraná", de Cascavel, dizendo que foi Vossa Excelência que ganhou as eleições dentro da Cooperativa, embora eu não saiba, não sou sócio da Cooperativa, nunca competi, mas, que foi Vossa Excelência que ganhou.

U Sr. Werner Wanderer — Eu nunca disse isso, Deputado!

O SR. GERNOTE KIRINUS — Hoje, Vossa Excelência vira as costas à COPAGRIL que está reclamando recursos do BADEP, para instalar sua fábrica de ração; hoje, Vossa Excelência vira as costas para a COPAGRIL, quando Vossa Excelência pertenceu à Diretoria!

U Sr. Werner Wanderer — Quando que a COPAGRIL pediu financiamento?
Ela nunca pediu financiamento!

O SR. GERNOTE KIRINUS — Ontem, Vossa Excelência dizia e atribuía a si, a paternidade da CERCAR para, logo em seguida, Vossa Excelência entrar dentro de Marechal Cândido Rondon, com uma atitude traiçoeira, inclusive fazer a concorrência através da próprio CERCAR, como está em testemunho na CPI das Cooperativas, testemunho dado pelos próprios cooperativados que aqui vieram depor. Consulte Vossa Excelência as atas e as notas taquigráficas da CPI da Cooperativa, que paralisou, não sei porque fim.

Este Parlamentar que subscreve esse requerimento, está reclamando nada mais nada menos de que, aquelas pequenas e médias empresas existentes em Marechal Cândido Rondon, sejam preservadas, sejam elas as beneficiadas pelos recursos do BADEP, e, não, as grandes, macro-empresas subsidiárias de multinacionais, porque foram elas justamente que vieram trazer a desgraça para o nosso País, são exatamente as multinacionais e elementos de vossa Bancada que quando vão à televisão utilizam esse argumento, utilizam uma farsa de oposição, dizendo que é Delfim Neto, que são as multinacionais e, agora, aqui, estão parece que até sendo porta-vozes de multinacionais, nesta Casa, porta-vozes ...

O Sr. Werner Wanderer — Eu não aceito, Deputado, não aceito essas colocações, eu não aceito porque eu não sou representante ...

O SR. GERNOTE KIRINUS — Vossa Excelência é porta-voz

porque está inclusive no jornal que foi Vossa Excelência que deu a notícia se rejubilando com a criação de uma indústria multinacional em Marechal Cândido Rondon.

O que nós estamos hoje reivindicando a nível nacional, a nível do Paraná, é que o Governador Ney Braga cumpra as diretrizes globais do seu Governo, que é beneficiar as pequenas e médias empresas, que é carrear recursos para cooperativas, que é incentivar a cooperativização, o que de fato não está sendo obedecido pelo Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná.

Quando dificulta recursos, como reclamam os próprios suinocultores do Estado do Paraná, dificultam recursos para a mesma finalidade, com o mesmo objetivo, negam recursos, dificultam acesso a recursos no BADEP, mas enfia na mão de multinacional.

Concluo, Sr. Presidente, nós queremos que todo o Oeste do Paraná se desenvolva, Marechal Cândido Rondon, Toledo e todas as suas adjacências, mas que se desenvolvam, beneficiando aquelas empresas, com a inteligência daquele povo, que soube construir o progresso sozinho até aqui, sem auxílio das multinacionais e que o BADEP carree os seus recursos dentro dos objetivos e diretrizes globais do Governo Ney Braga.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em discussão.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja marcada a Sessão do dia 10 de novembro vindouro, para a entrega do Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Ophir Rui Woitowicz. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, subscrito por diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo, no sentido de conceder o 13.º vencimento, já a partir de 1982, a todos os funcionários do Estado. — Em discussão.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para dia 13, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 170/80, 43, 56, 57, 62 e 65/81.

EM VOTAÇÃO:

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 44, 45 e 46/81.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 105/81.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 40/81.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nº 29 e 180/78, 33, 42, 63, 64, 68 e 76/81.

Levanta-se a sessão.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 1981.
QUINTA FEIRA**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Ezequias Losso.

Às 17:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quilse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs.

Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 95/79, que dá nova redação ao Artigo 39 e seu inciso VIII e ao Artigo 52 do Regimento Interno. (Comissão de Educação).

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 95/79.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — O artigo 39 do Regimento Interno, alterado pela Resolução n.º 49/76, passa a vigorar, em seu inciso VIII, com a seguinte redação:

“Art. 39

I —

II —

VIII — Educação”.

Art. 2.º — O artigo 52 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º — A Comissão de Educação compete opinar sobre todos os assuntos concernentes à educação e à instituição, pública e particular”.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente,
DEL CIEL — Relator.

Aprovado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

9 Srs. Deputados o aprovam,
nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Levanta-se a sessão.